

Desenvolvimento Econômico

em Comunidades Latino-Americanas de Descendência Africana



Apresentações do Painel da Fundação Interamericana
no XXIII Congresso Internacional da
Associação de Estudos Latino-Americanos
Washington, D.C.,
6-8 de setembro de 2001

Fotos da capa: retratos, Rebecca Janes; detalhe da pintura original a óleo de Bulu, Mark Caicedo.

Desenvolvimento Econômico em Comunidades Latino-Americanas de Descendência Africana

Apresentações do Painel da Fundação Interamericana no XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, Washington, D.C., 6-8 de setembro de 2001



Inter-American Foundation

Esta é uma publicação da Fundação Interamericana (IAF). As opiniões aqui reproduzidas não são necessariamente as da IAF. Certos materiais deste documento são protegidos pela lei de direitos autorais e só podem ser reproduzidos com permissão do autor.

Índice

- 1 **Introdução**
- 3 **Desenvolvimento econômico versus exclusão social:
o custo do desenvolvimento no Brasil**
Jeanette Sutherland, Banco Mundial
- 17 **Aproveitando o potencial das comunidades afro-latinas**
Judith Morrison, Fundação Interamericana
- 29 **O Projeto Mundo Afro**
Milam Fitts, Chicago International Development Corporation
- 39 **Retrato de artesãs afro-brasileiras**
Dácia Cristina Teles Costa, Criola
- 45 **Biografias dos painelistas**
- 47 **A Fundação Interamericana**

Introdução

Entender como as comunidades podem melhorar suas condições econômicas é fundamental para o trabalho da Fundação Interamericana. A IAF é uma agência independente do governo dos Estados Unidos que fornece doações diretamente a organizações de base da América Latina e do Caribe para programas inovadores que melhorem a qualidade de vida dos pobres.

Segundo os mais recentes relatórios do censo, as pessoas de descendência africana representam cerca de um terço da população da América Latina, mas compreendem 50% dos pobres da região. Dispõe-se de pouca informação sobre os fatores que contribuem para essa pobreza. De fato, somente nos últimos anos os acadêmicos e praticantes documentaram a existência de pessoas que vivem em áreas chamadas quilombos, palenques, terras dos pretos ou garifuna, segundo o país de residência. Já que suas comunidades são invisíveis para as pessoas de fora, suas iniciativas próprias enfrentam desafios adicionais. Como as pessoas que contribuíram para esta publicação podem atestar, a pesquisa disponível frequentemente examina os aspectos culturais e políticos das comunidades negras, mas contam muito pouco sobre suas atividades econômicas.

O XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, realizado em Washington, D.C., de 6 a 8 de setembro de 2001, apresentou uma oportunidade para a IAF despertar conscientização acerca das questões relativas ao desenvolvimento desses grupos ao patrocinar “Desenvolvimento Econômico em Comunidades Afro-Latinas: Oportunidades e Desafios,” um dos primeiros painéis sobre o assunto. Os trabalhos apresentados neste documento representam passos pioneiros para compreender como as comunidades de descendência africana podem melhorar sua condição econômica. A visão geral da condição afro-brasileira apresentada por Jeannette Sutherland é seguida de estudos de casos de projetos de desenvolvimento no Brasil e na Colômbia, os dois países latino-americanos com as maiores populações negras e as melhores informações estatísticas sobre elas. Dentre os trabalhos que apresentam estudos de casos, o ponto de vista do doador está refletido em “O Projeto Mundo Afro”, de Milam Fitts da Chicago International Development Corporation, e em meu artigo sobre três beneficiários da IAF, Projeto Vida de Negro, Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania e Criola. “Retrato de artesãs afro-brasileiras”, de Dácia Costa, foi escrito sob a perspectiva da coordenadora de Criola.

Os autores acreditam que as lições descritas nestes trabalhos se aplicam à condição das pessoas de descendência africana que vivem em outros países da região. Esperamos que esta publicação leve a um maior diálogo sobre como as comunidades de descendência africana podem superar tendenciosidades históricas, maximizar seu potencial de desenvolvimento e participar plenamente da vida econômica e política.

Judith Morrison, Presidente do Painel

Representante da Fundação Interamericana para o Brasil e Colômbia

Desenvolvimento Econômico versus Exclusão Social: O Custo do Desenvolvimento no Brasil

JEANETTE SUTHERLAND

O desenvolvimento depende não tanto de encontrar combinações ótimas de determinados recursos e fatores de produção, mas de aproveitar para fins de desenvolvimento os recursos e capacidades que estão escondidos, espalhados ou mal utilizados.

Albert O. Hirschman

O desafio da inclusão é o principal desafio de desenvolvimento do nosso tempo.

James Wolfensohn, *Banco Mundial*

Entre as principais razões pelas quais a pobreza intratável e o subdesenvolvimento persistem e estão ganhando terreno no Brasil encontram-se as práticas de exclusão institucionais e informais rotineiramente perpetradas em todos os domínios contra as comunidades não brancas dentro da sociedade. Grande parte da preocupação com o desenvolvimento limita-se a aumentar os níveis de renda nos países subdesenvolvidos. Assim, diz-se que o desenvolvimento econômico ocorre sempre que há um aumento na renda per capita e quando esse crescimento é sustentado por um longo período. Essa abordagem ao problema do subdesenvolvimento geralmente ignora duas considerações importantes. Primeiro, na maioria dos países subdesenvolvidos a distribuição da renda entre a população é muito desigual e frequentemente um aumento na renda per capita indica apenas que as desigualdades se agravaram. Segundo, fatores sociais, culturais, políticas, étnicas, religiosas, psicológicas e outras variáveis não econômicas influenciam o comportamento econômico de indivíduos e grupos de cada sociedade num grau que não pode ser captado pelos indicadores econômicos convencionais. Portanto, essas considerações não podem ser omitidas dos fatores gerais que condicionam ou influenciam os padrões de desenvolvimento ou subdesenvolvimento. Por exemplo, sabemos como a organização e estrutura social são determinantes importantes da mobilidade social e mais recentemente o campo etnocultural foi reconhecido como outro domínio poderoso em que as questões de mobilidade social são determinadas. Também sabemos que a distribuição do poder político, bem como a natureza das organizações políticas, podem determinar o grau em que os diversos indivíduos e grupos podem participar nas decisões que afetam toda a sociedade.

Uma visão a longo prazo do desenvolvimento abrangente no Brasil deve corrigir essas duas deficiências básicas. Além de um aumento sustentado na renda *per capita* e padrões eqüitativos de distribuição da renda, isso exige políticas nacionais

que tratem das peculiaridades etnoculturais dos diversos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, os planejadores centrais deveram prestar atenção à maneira em que essas peculiaridades complementam ou entram em conflito com os planos nacionais de desenvolvimento socioeconômico.

Este estudo propõe que o subdesenvolvimento é um processo dinâmico e cumulativo condicionado por forças sistêmicas e que esse processo é responsável pelo estado geral de subdesenvolvimento do Brasil. Este trabalho baseia-se na hipótese de que o subdesenvolvimento entre os povos de descendência africana no Brasil, e na verdade na maioria dos outros países da América Latina, é necessário para as metas de desenvolvimento econômico da elite do país. A estrutura analítica deste estudo é orientada pelo ponto de vista de que a dinâmica do subdesenvolvimento no Brasil é inerente às suas estruturas sociais, políticas, culturais e institucionais. Assim, o desenvolvimento em seu sentido mais amplo não poderá ocorrer sem uma mudança em todas essas camadas de interação social.

O estudo baseia-se em parte numa síntese das escolas pluralista, de dependência e colonialismo interno, as quais sugerem que o desenvolvimento desigual em países como o Brasil é necessário para o “núcleo.” O estudo procura demonstrar que, embora o processo de desenvolvimento econômico do Brasil possa incluir uma certa integração de elementos díspares, o processo gera um “núcleo,” predominantemente de origem européia, e uma “periferia”, predominantemente negra. O Brasil estará buscando o desenvolvimento econômico às custas dos negros? Para tentar responder a essa pergunta, faremos uma avaliação da estrutura sociopolítica do Brasil e seu processo de desenvolvimento econômico. Os processos que ditam a exclusão da população negra no Brasil são encarados ao longo das divisões clássicas das sociedades nas esferas econômicas, políticas e socioculturais. Como no modelo de Michel-Rolph Trouillot apresentado no documento publicado em 1999 pela Universidade de Chicago, “Social Exclusion in the Caribbean”, essas três dimensões são usadas como instrumentos heurísticos para examinar a realidade da exclusão social e ao mesmo tempo tentar identificar os processos intermediários, mas cumulativos. O modelo de Trouillot da exclusão social como um processo ao mesmo tempo cumulativo e multidimensional será usado como esquema conceitual para avaliar a trajetória do Brasil baseada na exclusão da maioria pelo núcleo de sua sociedade. Duas questões essenciais consistem em determinar o grau em que as políticas de desenvolvimento do Brasil geram ou exacerbam as divisões e desigualdades e se as relações sociais baseadas na raça e etnia são compatíveis com o desenvolvimento capitalista e nele podem funcionar.

A intenção é buscar um esquema que possa captar as relações entre os aspectos materiais e não materiais da privação; proporcionar um melhor entendimento da maneira como interagem com os processos de crescimento econômico; e relacioná-los com os conceitos de participação e identidade social. O objetivo final é contribuir para elaboração de políticas aceitáveis.

A próxima seção apresenta alguns dados sobre as desigualdades entre os grupos raciais no Brasil. A terceira seção apresenta uma análise das esferas econômica, política e sociocultural do Brasil na medida em que interagem para criar um processo de exclusão social no qual os afro-brasileiros se encontram na periferia da economia sociopolítica. A seção final conclui com algumas recomendações para as autoridades e membros da sociedade civil que estão preocupados com as deficiências das atuais políticas e metas de desenvolvimento.

A grande compensação: desigualdades entre os grupos raciais no Brasil

Apesar do progresso econômico e político alcançado no século XX¹, o Brasil não fez avanços semelhantes em termos de desenvolvimento social. As disparidades raciais e étnicas se destacam com uma simples análise das estatísticas nacionais. Por exemplo, apesar do progresso notável, as taxas de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer nos estados do Nordeste (predominantemente negros) são piores hoje do que as cifras atingidas pelos estados do Sul (predominantemente brancos) em 1950. Do mesmo modo, as taxas de alfabetização (entre pessoas de 10 anos ou mais) em todo Brasil aumentou de 48,4% em 1950 para 74,5 em 1980. Mas as cifras agregadas escondem uma disparidade significativa entre o Norte e o Sul do Brasil, bem como entre as áreas urbanas e rurais.

Essas discrepâncias estão relacionadas, entre outros fatores, ao padrão de distribuição da renda extremamente desigual no Brasil. Os dados mostram um crescente grau de desigualdade na distribuição da renda entre as pessoas economicamente ativas com mais de 10 anos de idade que recebem alguma forma de renda. Entre 1960 e 1980, os 5% e 10% superiores da população aumentaram sua parcela na renda em dez pontos percentuais. Não há nenhum país desenvolvido ou que esteja se desenvolvendo com êxito no qual os 10% superiores da população se apropriam de metade da renda total enquanto metade inferior recebe menos de 15%². Em 1999, o Brasil perdia apenas para Serra Leona em termos de desigualdade da distribuição de renda³, e essa concentração aumentou ao longo do tempo. Essas desigualdades econômicas não podem ser avaliadas adequadamente sem levar em conta as relações raciais no Brasil.

Nível de renda

Verificam-se disparidades de renda entre grupos raciais em cada uma das cinco regiões do Brasil. Os dados mostram que o Norte e Nordeste, onde predominam os afro-brasileiros, apresentam as taxas de desigualdade mais altas junto com os níveis mais baixos de renda e atividade econômica no país. As cifras de renda média familiar por região indicam que as regiões com maioria de afro-brasileiros têm uma incidência muito maior de pobreza.

Estudos realizados pelo sociólogo Nelson do Valle Silva indicam diferenças significativas no nível econômico entre brancos e não brancos, mesmo após levar em conta as variáveis relevantes para o processo de obtenção da renda⁴. Não só os

¹ Os indicadores sociais, econômicos e políticos mostram um progresso impressionante em comparação com o Brasil de ontem. Embora o processo democrático ainda não tenha se consolidado firmemente, um número maior de cidadãos passou a desfrutar de liberdade mais ampla para participar no processo público. Com um produto interno bruto (PIB) de US\$860 bilhões (1999) e uma renda *per capita* de US\$5.300, o Brasil é classificado como um país de renda média, representa mais de 50% do PIB da América do Sul e é a nona maior economia do mundo. A estabilidade do real incentivou o investimento externo maciço e os empresários nacionais. O setor industrial está aumentando sua capacidade e se reestruturando para assegurar competitividade numa economia cada vez mais globalizada. No tocante ao Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, o desenvolvimento humano no Brasil está bem próximo dos países do sudeste asiático e é ultrapassado apenas pelos países desenvolvidos. O fundamento para essa melhoria do índice são as suas conquistas em termos de esperança de vida mais longa, taxas de mortalidade mais baixas e taxas de alfabetização mais altas.

² Pedro Malan e Regis Bonelli, "The Success of Growth Policies in Brazil", *Towards a New Development Strategy for Latin America* (Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1992), 54,

³ Banco Mundial, *World Development Report*, 1999-2000.

⁴ Nelson do Valle Silva, "A Research Note on the Cost of Not Being White in Brazil," *Studies in Comparative International Development* 35:2 (Summer 2000): 18.

Tabela 1. Renda familiar per capita por cor, 1988

Renda familiar per capita	Cor ⁵		
	Branco	Preto	Pardo
Até 1/4 do salário mínimo (s.m.)	14,7	30,2	6,0
1/4 to 1/2 s.w.	19,2	27,4	26,8
1/2 to 1 s.w.	24,2	24,9	20,7
1 to 2 s.w.	20,2	12,0	10,6
2 to 3 s.w.	8,2	2,7	2,9
3 to 5 s.w.	6,5	1,6	1,8
5 to 10 s.w.	4,5	0,8	0,9
10 a 20 s.w.	1,5	0,3	0,2
20 ou mais s.w.	0,3	0,1	0,0
Total	100	100	100

Fonte: IBGE, PNAD, 1988, compilado por Nelson do Valle Silva/IUPERJ. O salário mínimo é de aproximadamente US\$ 150 por mês.

Tabela 2. Taxas de desemprego por sexo e raça, 1996

	Total	Homens	Mulheres	Brancos	Negros*
Brasil	6,9	5,7	8,8	6,6	7,7
Norte Urbano	7,7	6,0	10,2	6,8	8,2
Nordeste	6,3	5,2	7,8	5,7	6,5
Sudeste	7,7	6,2	9,8	7,4	8,7
Sul	5,4	4,5	6,6	5,1	8,1
Centro-Oeste	7,9	6,2	10,5	7,6	8,7

Fonte: PNAD, 1996; compilado por Abdias do Nascimento e Elisa Larkin Nascimento. Porcentagem da população com 10 anos ou mais, com ou sem renda.
* Inclui pretos e pardos.

brancos obtêm retornos da escolaridade mais altos que os negros em todos os níveis concluídos, mas os estudos desse sociólogo mostram que eles têm também retornos marginais da experiência muito maiores do que os negros. Segundo Silva, essas “taxas de retorno somente são equalizadas após 52,28 anos de experiência no mercado de trabalho, ou seja, após passar todo o ciclo da vida de trabalho”. Além disso, segundo Silva, 18% das diferenças de renda podem ser atribuídas à discriminação no mercado de trabalho. Esse efeito é responsável por cerca de um quarto da renda do grupo desfavorecido.

⁵ Os dados oficiais do censo brasileiro usam duas categorias de cor para as pessoas de descendência africana: preto para as de pele escura e pardo para as outras. Esta distinção é tão arbitrária e subjetiva que se mostrou inútil. Tornou-se uma convenção aceita identificar a população negra como a soma das categorias preto e pardo, denominado negro, afro-brasileiro ou afro-descendente.

Tabela 3. Porcentagem de pobreza miserável por região e cor, 1998

Estado/Região	Cor		
	Branco	Preto	Pardo
Rio de Janeiro (Sudeste)	6,0	12,7	13,8
São Paulo (Sudeste)	4,0	12,3	8,7
Sul	15,2	23,8	27,9
Minas Gerais/Espírito Santo	19,4	37,7	35,1
Nordeste	38,5	51,3	49,5

Fonte: IBGE/PNAD, 1988, compilado por Nelson do Valle Silva/IUPERJ. "Pobreza miserável" é definida como renda familiar inferior a um quarto do salário mínimo.

Os dados do censo brasileiro também mostram diferenças significativas entre os grupos de raça ou cor dentro das regiões. Nos estados mais afluentes do Sudeste, Rio de Janeiro e São Paulo, a incidência da pobreza miserável é duas a três vezes maior entre os negros do que entre os brancos. No Nordeste, 33% mais negros do que brancos subsistem em pobreza miserável, enquanto na região Amazônica e no Centro-Oeste a diferença é mais de 60%.

Educação

Embora o investimento brasileiro em educação tenha aumentado nos últimos anos tanto em termos de despesas reais quanto de porcentagem dos gastos do governo destinados a educação, a equidade ainda é um problema. Existem grandes diferenças tanto no acesso ao ensino primário quanto na qualidade desse ensino conforme medido pelos gastos por aluno. Essas desigualdades concentram-se nas áreas rurais e escolas municipais e existem entre regiões, sendo os gastos por aluno nas escolas municipais no Nordeste menos de um terço dos gastos nas outras regiões. Também existem desigualdades entre sistemas escolares, sendo os gastos nas escolas municipais em geral muito inferiores aos das escolas primárias estaduais. Essas desigualdades são agravadas pelo fato de que os alunos das famílias de renda mais baixa têm maior probabilidade de frequentar escolas municipais que os alunos de famílias de renda mais altas⁶.

Além disso, os subsídios do governo federal à educação terciária consomem mais da metade do orçamento federal de educação. Um estudo realizado em 1986 pelo Banco Mundial sobre a educação primária no Brasil constatou desigualdade horizontal: Alunos com renda familiar semelhante recebem subsídios diferentes dependendo de se estão matriculados em instituições públicas ou privadas de ensino terciário. O estudo também constatou desigualdade vertical: os alunos de família de baixa renda recebem relativamente poucos recursos educacionais durante seus anos na escola e provavelmente não têm acesso à educação superior pública. Numa tentativa de proporcionar educação primária para todos, o governo adotou um plano de redistribuição da parcela federal na arrecadação do imposto sobre o salário de educação. Contudo, a única questão de equidade tratada por esta redistribuição foram as diferenças regionais. A diferença substancial na oportunidade educacional

⁶ Banco Mundial, "Brazil, Finance of Primary Education", 1986.

Tabela 4. Anos médios de escolaridade por gênero e cor, 1996

	Total	Homens	Mulheres	Branco	Negros
Brasil	5,3	5,2	5,4	6,2	4,2
Norte Urbano	5,2	4,9	5,4	6,3	4,7
Nordeste	3,9	3,6	4,2	4,8	3,5
Sudeste	6,0	6,0	6,0	6,6	4,9
Sul	5,8	5,8	5,8	6,0	4,3
Centro-Oeste	5,5	5,2	5,5	6,3	4,7

Fonte: PNAD, 1996, compilado por Abdias do Nascimento e Elisa Larkin Nascimento. Os dados referem-se a pessoas com 10 anos ou mais.

Tabela 5. Anos adultos de escolaridade por gênero e cor, 1996

Anos de escola	Homens			Mulheres		
	Branco	Preto	Pardo	Branco	Preto	Pardo
Sem escola /<1 ano	16,2	24,0	23,4	11,2	25,5	21,0
1 a 3 anos	17,0	23,8	25,8	15,7	21,4	23,2
4 a 7 anos	36,6	33,9	32,0	35,5	32,3	33,7
8 a 10 anos	15,6	11,2	10,5	15,3	11,5	11,5
11 a 14 anos	14,4	6,1	7,1	16,4	8,2	9,2
15 anos ou mais	6,2	0,9	1,2	5,9	1,1	1,4
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: PNAD, 1996, compilado por Nelson do Valle Silva/IUPERJ. Porcentagem de pessoas com 20 anos ou mais.

e recursos educacionais entre grupos de renda, entre escolas estaduais e municipais e entre escolas urbanas e rurais persiste e continua praticamente desatendida pelas atuais políticas públicas⁷.

As taxas de analfabetismo são mais altas no Nordeste. As disparidades do aproveitamento escolar em todo Brasil são maiores entre negros e brancos do que entre homens e mulheres. Em todas as regiões, com exceção do Nordeste, os brancos estão acima da média nacional de anos de escolaridade, enquanto os negros estão sempre muito abaixo. A descrição que James e Levers fazem do sistema educacional da África do Sul pode ser aplicada ao contexto brasileiro: “O sistema escolar, no entanto, luta para matricular todos os alunos, não retém a maioria deles até o nível secundário e oferece uma qualidade de ensino que vai de excelente para a minoria a péssima para a maioria. A expansão da participação [dos negros] no ensino terciário significa sua matrícula nas áreas menos técnicas, já que a maioria das escolas para alunos [negros] não os qualifica em matemática e ciências. Em resultado, a elite técnica e comercial continua sendo predominantemente branca”⁸.

⁷ Ibid.

⁸ Wilmont James e Jeffery Lever, “The Second Republic: Race, Inequality and Democracy in South Africa”, *Beyond Racism* (Atlanta: The Southern Education Foundation, 2000), 50.

Saúde

Dados do Banco Mundial e da Organização Pan-Americana da Saúde mostram que os pobres no Brasil sofrem desproporcionalmente de doenças do subdesenvolvimento, bem como de doenças cardiovasculares, câncer, ferimentos e AIDS. Em 1979 e 1980, um estudo realizado na cidade industrial de Volta Redonda (Rio de Janeiro) mostra que a prevalência de pressão alta estava inversamente relacionada com o nível educacional. Os casos diagnosticados eram cerca de cinco vezes mais numerosos entre as pessoas analfabetas ou que tinham apenas o curso primário do que as que tinham educação pós-secundária⁹. As taxas de mortalidade infantil, bem como as taxas de mortalidade para homens entre 45 e 64 anos, eram mais de 50% mais altas entre os pobres que para os ricos. As disparidades regionais na disponibilidade de hospitais e instalações ambulatoriais são significativas: os níveis *per capita* são duas a quatro vezes mais altos no Sul e Sudeste do que no Norte e Nordeste. Mesmo nas regiões que têm instalações melhores, a disponibilidade de serviços é desigual e os serviços básicos são insuficientes nas áreas mais carentes.

Tabela 6. Esperança de vida ao nascer por raça

	1940/50	1970/80
Branços	47,5	66,1
Não brancos	40,0	59,4

Fonte: PNAD, 1990, compilado por Singer, 1995; Bento, 1998.

Tabela 7. Esperança de vida ao nascer por raça, renda e educação, 1996

	Renda		Educação	
	Níveis mais baixos	Níveis mais altos	1- 4 anos	4 anos ou mais
Branços	59,5	70,4	66,2	72,3
Não brancos	55,8	63,7	62,2	66,6

Fonte: PNAD, 1990, compilado por Singer, 1995; Bento, 1998.

Tabela 8. Taxa de mortalidade por cor, 1996

	Mortalidade de recém-nascidos		Mortalidade infantil	
	Branços	Negros	Branços	Negros
Brasil	37,3	62,3	45,7	76,1
Nordeste	68,0	96,3	82,8	10,1
Sudeste	25,1	43,1	30,9	52,7
Sul	28,3	38,9	34,8	47,7
Centro-Oeste	27,8	42,0	31,1	51,4

Fonte: PNAD, 1996, compilado por Abdias do Nascimento e Elisa Larkin Nascimento. A mortalidade de crianças até 5 anos corresponde a 1993; todas as taxas são por 1.000 nascimentos.

⁹ Banco Mundial, *Brazil, The New Challenge of Adult Health* (1990), 61.

Dados de outros países mostram que a demanda por serviços de saúde é altamente elástica em função da renda; à medida que a renda aumenta, os gastos absolutos com os cuidados de saúde aumentam ainda mais. Contudo, no Brasil, a proporção da renda gasta com serviços de saúde no início dos anos 80 era menor entre os ricos do que entre os pobres. A razão para isso é que a classe média e os ricos, não os pobres, eram os principais beneficiários dos serviços de saúde públicos no Brasil¹⁰. A natureza regressiva dos subsídios aos serviços de saúde financiados pelo governo também está evidente na distribuição regional das instalações. A provisão de serviços públicos favorece bastante as regiões mais desenvolvidas do país.

Um Modelo para o Brasil

Serão utilizados dois esquemas inter-relacionados para analisar a natureza e o impacto da exclusão social no Brasil: (1) a conceptualização de exclusão social como um processo multidimensional e cumulativo; e (2) as especificidades históricas como base para entender os processos que estão ocorrendo no país.

Exclusão social como processo multidimensional e cumulativo

Além da definição geral de exclusão social como “o processo mediante o qual os indivíduos ou grupos são total ou parcialmente excluídos de uma participação plena na sociedade em que vivem¹¹”, este trabalho enfatiza a natureza cumulativa e multifacetada do processo de exclusão social. Nesse sentido, a exclusão social pode ser descrita como as forças dinâmicas produzidas por muitas fontes diferentes. Assim, este estudo se concentra na natureza multidimensional e cumulativa da exclusão social como um processo e tenta identificar as dimensões intermediárias da acumulação dentro do processo generalizado.

Esta seção examina os processos que surgiram quando o Brasil passou de uma economia agrária baseada na escravidão para uma economia altamente industrializada. Esses processos serão avaliados em termos de três dimensões, que representam três modos sobrepostos da transição e correspondem à exclusão socioeconômica, sociocultural e sociopolítica. O conceito de causalção circular geralmente se refere a situações caracterizadas pela influência recíproca de fatores. Aqui, as relações de causa e efeito tomam várias direções e, portanto, os resultados de uma área influenciam a outra. Conseqüentemente, a causalção circular é importante na abordagem deste estudo à exclusão social aplicável às interações entre essas três dimensões e em cada uma delas.

Especificidades históricas do Brasil

Independentemente de se enfatizar a falta de solidariedade, a especialização excessiva, os monopólios de acesso ou uma combinação desses três paradigmas na avaliação da exclusão (ILO 1996; de Haan e Maxwell 1998), a conclusão inevitável é que o Brasil moderno é moldado pela exclusão da maioria da sua população. Um conhecimento profundo da história do Brasil também leva à conclusão de que essa exclusão tem suas raízes na economia agrária durante e logo após os dias da escravidão, e depois nas estruturas corporativistas de controle social estabelecidas após a Revolução de 1930.

¹⁰ Ibid, p.87.

¹¹ European Foundation (1995), 4.

Esses têm sido os dois modos predominantes de integração do Brasil na economia capitalista global. Embora o país tenha se beneficiado da inclusão global, isso foi feito às custas da exclusão interna. Isso não implica que a exclusão social hoje não seja influenciada por uma dinâmica mais recente. Contudo, o Brasil iniciou seu processo de industrialização sem destruir a estrutura e as atitudes da sociedade pré e pós-abolição e, a não ser que as grandes limitações impostas por essa trajetória sejam resolvidas mediante políticas relevantes e eficazes, o futuro para a maioria dos brasileiros não brancos continua sendo incerto.

Dimensões da exclusão

Socioeconômica

Os processos dominantes da exclusão socioeconômica no Brasil consistem na marginalização das populações de descendência africana, especialmente as que vivem nas áreas rurais. Com a abolição da escravidão em 1888, o governo brasileiro não tomou medidas para integrar os escravos libertos à economia nacional. Muitos desses ex-escravos continuaram nas plantações ou se mudaram para os morros urbanos e outras áreas periféricas e formaram favelas onde seus descendentes vivem hoje. No Brasil, os membros mais excluídos da população vivem em favelas, inclusive nas áreas rurais, e essas comunidades padecem de pobreza extrema. Os dados apresentados na seção anterior mostram as grandes disparidades entre negros e brancos. A vida afro-brasileira é marcada pelo acesso diferencial aos ativos (inclusive capital e propriedade), aos mercados (inclusive trabalho e crédito) e aos serviços (inclusive saúde e educação). A exclusão socioeconômica também é evidente no esgotamento diferencial dos recursos (inclusive terra e capital humano).

Um estudo realizado por Nelson do Valle Silva sobre as disparidades socioeconômicas entre brancos e não brancos mostra o destaque da natureza cumulativa dessas desigualdades entre gerações. Ele distingue duas fases nos ciclos da vida socioeconômica dos indivíduos: mobilidade social e aquisição de renda. Ele constatou que, para o mesmo estrato de origem social, os pretos e pardos enfrentam maiores dificuldades em seu processo de mobilidade ascendente e estão expostos a níveis mais altos de imobilidade, resultando num perfil mais modesto de ascensão ocupacional para esses grupos que, em certo grau, pode ser atribuído a diferenças de origem social. Para o mesmo resultado ocupacional, os não brancos também enfrentam maiores dificuldades em transformar seu nível ocupacional em renda. Ele assinala que quase metade da diferença entre brancos e pretos e pardos pode ser atribuída a níveis mais baixos de retorno monetário da aptidão profissional¹². A diferença agregada de Nelson pode ser um pouco menor se considerarmos outras características individuais relevantes (por exemplo, as diferenças nos componentes da composição). Contudo, o acesso à educação é outro componente do ciclo de vida de um indivíduo que está sujeito ao mesmo tipo de discriminação que impede o progresso social dos negros e os condena a condições de vida acentuadamente inferiores às dos brancos no Brasil.

Isso não significa, porém, que os negros contribuam pouco para a economia brasileira em termos de trabalho e consumo. As favelas representam um estoque constante de mão-de-obra barata, especialmente trabalho doméstico e outras formas de trabalho não qualificado. Embora muitos negros brasileiros trabalhem como operários não qualificados na indústria ou na construção, a maioria está empregada

¹² Nelson do Valle Silva, "Extent and Nature of Racial Inequalities in Brazil", *Beyond Racism*, 39.

no setor de serviços como vendedores ambulantes, lixeiros, trocadores, porteiros, vigias, frentistas e faxineiros. Esses empregos podem ser menos visíveis, mas são essenciais e geram renda que é canalizada para a economia nacional.

Apesar de sua renda muito modesta, os afro-brasileiros constituem um mercado importante para os bens de consumo. Um estudo realizado no final dos anos 60 indica que o poder aquisitivo das favelas era de US\$ 14.720.000 por mês ou quase US\$ 180.000.000 por ano, usando as taxas de conversão de 1969¹³. A economia nacional também se beneficia das compras feitas por trabalhadores de baixa renda porque em geral utilizam o crediário. Se todos os pagamentos forem feitos em dia, a despesa final é quase o dobro do valor de mercado do produto. Em caso de inadimplência, os produtos são confiscados sem reembolso do que já foi pago. Os moradores das favelas também contribuem para a economia através de pequenas atividades empresariais dentro das favelas: Quatro em 10 constroem suas próprias casas. De 50% a 60% empregam um volume considerável de tempo e dinheiro na melhoria de suas habitações. Entre 5% a 10% constroem pequenas lojas ou bares pelos quais têm que pagar impostos ao governo municipal. Além disso, a maioria dos melhoramentos na infra-estrutura —encanamento de água, esgotos (quando existem), rede de eletricidade, calçadas,— são resultado de investimentos feitos pelos moradores das favelas¹⁴.

Este breve panorama da exclusão socioeconômica dos afro-brasileiros e os dados da seção anterior mostram como os mecanismos localizados se reforçam e criam diferenças nas oportunidades para os grupos marginalizados. Com níveis iguais de origem social, os afro-brasileiros têm níveis mais baixos de mobilidade social e rendimento ocupacional do que os brancos; com níveis iguais de ocupação, obtêm níveis diferentes de renda; com níveis diferentes de ativos, enfrentam riscos maiores; com níveis iguais de necessidade, recebem menos serviços dos governos locais e do governo nacional. Mercados fragmentados, ativos inseguros, maior risco, meio ambiente degradado e ausência de serviços se combinam para aumentar ainda mais a exclusão social. Contudo, os afro-brasileiros não são marginais em relação à economia nacional; eles estão integrados a ela de uma maneira que lhes é prejudicial. O processo de exclusão socioeconômica funciona de tal maneira que, por um lado, exige sua participação no sistema e, por outro, impede que eles participem plenamente do sistema.

Sociopolítica (institucional)

Esta dimensão da exclusão concentra-se nos processos que contribuem não só para a exclusão política, mas também para a exclusão das questões nacionais moldadas pela presença, ausência ou funcionamento das instituições formais. O principal elemento desta dimensão é o grau em que o alcance, a força e a independência das instituições facilitaram ou impediram a participação de segmentos importantes da população na vida nacional. Na esfera política, a ausência de uma sociedade civil democrática (por causa da monarquia, ditadura Vargas e ditadura militar) significa que os canais oficiais de discurso estavam freqüentemente fora do alcance dos afro-brasileiros, bem como de outros cidadãos. Vários fatores, inclusive ignorância dos direitos civis, falta de instrução, informações errôneas sobre a lei e destituição

¹³ Janice E. Perlman, *The Myth of Marginality, Urban Poverty and Politics in Rio de Janeiro* (University of California Press, 1976), 154.

¹⁴ Ibid.

geral, herdados da tradição colonial patriarcal e racista, fazem com que a política e as atividades no domínio público fiquem fora do alcance da maioria dos brasileiros, particularmente os afro-brasileiros e povos indígenas¹⁵. Além disso, a cultura corporativista e os padrões hierárquicos de organização política e econômica deram origem a um sistema que institucionalizou o privilégio dos brancos e empurrou os negros para a margem da sociedade. Se a essência do pensamento corporativo pode ser resumida como “um lugar para todos e cada um em seu lugar”, o lugar dos afro-brasileiros é, evidentemente, uma posição subordinada.

Outras instituições nacionais também se mostraram muito fracas para facilitar a participação dos afro-brasileiros nos assuntos nacionais. Devido à sua situação de desvantagem oriunda da instrução limitada e pouco acesso aos outros serviços públicos, muitos trabalhadores negros não conseguem capitalizar os benefícios e garantias obtidos por outros trabalhadores com a legislação promulgada nos anos 30 e 40 por Getúlio Vargas. Muitos afro-brasileiros ganham menos que o salário mínimo e não têm os benefícios da previdência social, seguro médico ou pensão.

Conforme assinalado na seção anterior, as disparidades regionais na disponibilidade de hospitais e instalações ambulatoriais são grandes: os níveis *per capita* são duas a quatro vezes maiores no Sul e Sudeste do que no Norte e Nordeste. Mesmo nas regiões bem equipadas, a disponibilidade de serviços é desigual, com falta de instalações básicas em áreas onde a qualidade de saúde é pior e as necessidades são maiores. Embora a constituição de 1988 estabeleça o acesso universal aos serviços de saúde públicos como um direito constitucional, isso ainda não foi totalmente implementado. A educação fornece um bom exemplo de sistema institucional que se diz nacional, mas na verdade serve apenas a minoria e contribui para excluir grandes segmentos da população de muitas formas de participação.

Sociocultural

A herança da escravidão no Brasil teve sérias conseqüências para as relações entre fenótipos e a posição na sociedade brasileira. Após a independência, o símbolo promulgado do Brasil era a monarquia, embora a maioria da população fosse afro-brasileira, muitos deles escravos. Após a abolição da escravidão, os negros perfaziam a maioria da população, e a elite dominante formulou políticas para “purificar o estoque racial da nação”¹⁶. Entre 1890 e 1914, mais de 1,5 milhão de europeus chegaram a São Paulo, 64% com sua viagem paga pelo governo do estado¹⁷. Ao mesmo tempo, os negros eram estigmatizados como não qualificados e eram considerados perigosos, principalmente os homens¹⁸. Até os anos 30, o Brasil promoveu uma imagem branca do país, que foi subseqüentemente substituída por uma celebração branca da miscigenação racial e “democracia racial”. A ditadura militar de 1964 ao início dos anos 1980 prestou atenção mínima aos problemas sociais ou relações raciais por quase 20 anos. Além disso, o mito da “democracia racial” (a idéia de que através da miscigenação todas as raças se tornavam iguais) continuou

¹⁵ Darien J. Davis, *Afro-Brazilians: Time for Recognition* (Minority Rights Group international, 1999), 9.

¹⁶ Esse pensamento remonta aos tempos coloniais e foi apoiado pelos abolicionistas latino-americanos. Frei Alonso de Sandoval defendia o embranquecimento como solução para “a mancha negra” em seu trabalho de 1627, *El Mundo de la Esclavitud Negra en América* (Bogotá: Empresa Nacional, 1956).

¹⁷ George Reid Andrews. *Blacks and Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988* (Madison: The University of Wisconsin Press, 1991).

¹⁸ Maria da Cunha Olívia, “1933: um ano em que fizemos contatos”, *Revista USP* 28, São Paulo, (dezembro/fevereiro de 1995):142-163.

a ganhar terreno e foi promovida pela maioria dos brasileiros que confrontavam a questão da discriminação racial. A abertura política do final dos anos 70 e início dos anos 80 permitiu o surgimento de um movimento contemporâneo de protesto negro. Contudo, os estereótipos desfavoráveis dos afro-brasileiros prevalecem na mídia brasileira. Os currículos escolares e a literatura mostram um Brasil europeu e omitem ou distorcem a história e a cultura dos negros brasileiros.

A discriminação baseada no estereótipo é uma realidade ainda hoje no Brasil. Os homens negros são continuamente olhados como criminosos e as favelas freqüentemente invadidas pela polícia. Muitos negros inocentes morrem nas mãos da polícia. A violência contra as crianças, em particular os meninos de rua, é comum. Há muito pouca disputa acerca da existência de uma hierarquia de cor historicamente sustentada, onde a negritude está na parte de baixo no Brasil. A forte ideologia do “embranquecimento” da raça, junto com o mito da democracia racial, desempenhou um papel importante na contínua marginalização dos afro-descendentes. Hoje, apesar do contínuo mito da harmonia racial, os indivíduos de pele escura ou com características fenotípicas acentuadamente africanas têm um valor sociocultural menor que os brancos no Brasil. Em suas reflexões, uma afro-brasileira resumiu o que continua a ser a realidade para a maioria dos negros brasileiros: “A vida dos negros não só é diferente da vida dos brancos, mas eles são mantidos numa posição baixa pelos brancos. O negro é aceito em muitas áreas, mas em uma posição inferior. Somente excepcionalmente pode atingir uma posição de distinção.”¹⁹

Infelizmente, muitos afro-brasileiros adotam essa ideologia da inferioridade, relegando a raça negra a uma situação inferior, e freqüentemente se esforçam para se casar com um indivíduo de pele mais clara. Alguns afro-brasileiros que se tornaram bem-sucedidos sentem necessidade de rejeitar suas origens raciais e muitas vezes se recusam a reconhecer ou discutir o problema da raça ou cor. Esse sentimento de inferioridade que aflige os afro-brasileiros começa durante os anos escolares e continua até a idade adulta. Degler assinala em *Neither Black nor White* que a pior conseqüência do preconceito de cor no Brasil é que limita os horizontes dos afro-brasileiros. Em face da discriminação e sentimento de inferioridade, muitos afro-brasileiros se sentem desencorajados e simplesmente se recusam a competir com os brancos. Além disso, Degler assinala que os pais afro-brasileiros, internalizando o sentimento de inferioridade, restringem as ambições de seus filhos para protegê-los de uma desilusão ou fracasso. Contudo, ao não se esforçarem, por medo de rejeição ou fracasso, os afro-brasileiros reforçam o estereótipo que os brancos fazem de um negro sem ambição ou incompetente²⁰.

Conclusão

No discurso pronunciado em 1995 na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, o embaixador chileno Juan Somavia afirmou que a qualidade de uma sociedade “é medida por sua capacidade de integrar os excluídos”, o teste máximo dos valores. Ele também afirmou que o desenvolvimento social dependerá “da energia e dinamismo com que os povos façam perguntas fundamentais e proponham solu-

¹⁹ Florestan Fernandes, *The Negro in Brazilian Society*, trad. Jacqueline D. Skiles et al. (Columbia University Press: New York, 1969). Título original: *A Integração do negro na sociedade de classes* (São Paulo, 1965), 166.

²⁰ Carl N. Degler, *Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States* (Madison: University of Wisconsin Press, 1971), 164-165.

ções inéditas”. Os dados apresentados parecem indicar que existe uma ordem racial no Brasil e que vários segmentos que compõem sua sociedade estão organizados em torno de regras, processos e instituições diferentes que habilitam e restringem o acesso e o direito a bens e serviços, atividades e recursos a vários grupos segundo sua posição na escala social.

Apesar das políticas oficiais do governo, os dados socioeconômicos revelam profundas disparidades entre os brancos e os afro-brasileiros. Apesar do enorme progresso econômico e tecnológico registrado pelo Brasil nas últimas décadas, é triste que a economia moderna e a alta tecnologia não trabalharam a favor da justiça e da liberdade para todos os cidadãos. As opções da classe dominante no Brasil em busca do desenvolvimento capitalista e da inclusão na economia mundial foram feitas às custas da maioria da população, particularmente os afro-brasileiros e povos indígenas. Uma minoria européia conseguiu estabelecer seu domínio político no Brasil, primeiro através do processo de imperialismo e escravidão e depois através das estruturas corporativistas, impedindo que os afro-brasileiros tivessem acesso ao poder e aos recursos econômicos e assegurando que fossem relegados à parte inferior da pirâmide social. As políticas econômicas que o governo adotou até agora carecem de uma solidez social e cultural que rompesse o ciclo vicioso da exclusão e pobreza. As causas da “pobreza miserável” do Brasil podem ser vinculadas aos processos sistêmicos de exclusão enraizados nas instituições e atitudes de seus cidadãos. Infelizmente, por baixo da “democracia racial” que os brasileiros tendem a projetar existe uma dicotomia negro-branco em que as duas partes são interdependentes, mas desiguais.

Os indicadores sociais, econômicos e políticos mostram um progresso impressionante em comparação com o Brasil de ontem. Nas duas últimas décadas o Brasil avançou para a democracia num ritmo sem precedentes. Embora o processo democrático ainda não tenha se consolidado firmemente, um número muito maior de seus cidadãos desfruta de liberdade mais ampla para participar no processo público, se opor ao governo, se expressar e obter informações.

Heranças do passado, desafios do futuro

Nos anos 60, quando os militares enfatizaram a industrialização como componente essencial de seu esquema de modernização, Florestan Fernandes argumentou que, para os afro-brasileiros participarem no processo de modernização, suas condições sociais teriam que melhorar drasticamente. Ele afirmou que os negros estavam em desvantagem pelo aviltamento da escravidão, pauperismo e isolamento através da história, e precisavam de habilidades materiais e psicológicas, além de tecnologia, e disso eles não dispunham²¹. Quatro décadas depois, o sistema hierárquico de classe social foi alterado para benefício dos afro-brasileiros? A elite brasileira está buscando metas de desenvolvimento econômico e inclusão global às custas dos cidadãos negros?

O desafio que temos pela frente consiste não somente em responder a estas perguntas, mas também propor soluções para respostas óbvias. Uma questão fundamental que deve ser abordada é determinar o grau em que o crescimento e a equidade são complementares e em que medida existe uma compensação conforme definida por Hirschman. A definição de equidade adotada determinará as políticas para resolver as desigualdades na sociedade brasileira. Dado que as questões de equidade e os valores sociais estão interconectados, será um desafio encontrar solu-

²¹ Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*, 132-134.

ções que agradem à maioria. Contudo, deve-se atribuir mais ênfase a políticas que promovam a equidade no Brasil. Essas políticas, por sua vez, podem ajudar direta e indiretamente a reduzir as situações de extrema pobreza encontradas no país. Por exemplo, com uma brecha menor na distribuição de renda, menos indivíduos estarão abaixo da linha de pobreza. Além disso, as políticas de redistribuição promotoras da equidade que permitem o investimento em capital humano, como educação e saúde, podem, a longo prazo, impulsionar o crescimento econômico, o que, por sua vez, reduz a pobreza.

Portanto, enquanto o governo do Brasil continua a buscar um crescimento macroeconômico sustentável, pode também:

- Desenvolver uma estratégia para beneficiar os excluídos no setor rural e na economia informal;
- melhorar sua capacidade administrativa de implementar esforços de redistribuição;
- melhorar seu sistema jurídico para permitir a implementação de políticas de redistribuição e, ao mesmo tempo, proteger contra a discriminação racial mediante leis e programas eficazes, já que as leis sobre discriminação existentes são fracas e não são aplicadas;
- desenvolver uma estratégia para engajar a sociedade civil e as ONGs em um diálogo efetivo, especialmente no tocante à exclusão social de grupos historicamente marginalizados, e fortalecer as organizações não governamentais e outras organizações da sociedade civil (particularmente organizações afro-brasileiras) para torná-las estratégicas e capazes de monitorar e avaliar as políticas e a influência do governo;
- investir em programas educacionais, que ajudarão a erradicar os estigmas sociais que por tanto tempo vêm ditando a trajetória dos afro-brasileiros. Com muita frequência, os afro-brasileiros são forçados a lutar contra estereótipos negativos e prejudiciais nos textos escolares e na mídia nacional. Deve-se atribuir atenção urgente a essas duas áreas, educação e mídia, para tentar reverter a erosão dos valores sociais no Brasil.

Como uma nota final, o Brasil e toda a região latino-americana deve decisivamente procurar eliminar as grandes disparidades que existem entre seus cidadãos. A prática da exclusão social, claramente vinculada à pobreza e aos grupos carentes no Brasil, logo deixará de ser uma vantagem para a elite. Graças à globalização, uma das principais vantagens da região, sua grande massa de mão-de-obra barata e não qualificada, está se tornando rapidamente uma desvantagem. Uma mudança tecnológica mundial baseada na especialização pode conspirar contra a esperança de continuar agindo como antes. As autoridades brasileiras devem encontrar uma maneira de melhorar a situação dos pobres, educá-los e treiná-los para um mercado global mais competitivo. Se não conseguirem, o Brasil, incluindo as elites, se arrisca a ficar ainda mais para trás na corrida global.

A bibliografia será fornecida a pedido.

Aproveitando o Potencial das Comunidades Afro-Latinas

JUDITH MORRISON

Evolução da pesquisa sobre desenvolvimento afro-latino

As organizações afro-latinas têm um forte interesse na redução da pobreza. As urgentes necessidades das comunidades negras orientam líderes de base e voluntários engajados. No início dos anos 90, passei a interessar-me pelas estratégias de desenvolvimento comunitário para afro-descendentes que vivem na América Latina. Esse interesse foi estimulado por uma série de colegas que me incentivaram a aplicar à novos contextos minhas experiências de trabalho com comunidades econômica e culturalmente marginalizadas nos Estados Unidos. Essa jornada foi repleta de paralelos claros e surpreendentes descontinuidades moldadas principalmente pela história e pelas condições sociais.

Em 1995, testei várias hipóteses nas áreas rurais do Maranhão. Esse trabalho de campo me apresentou muitas das contradições inerentes ao trabalho de desenvolvimento com as comunidades racialmente marginalizadas. O exame que se segue contextualiza algumas das mudanças notáveis na política de desenvolvimento para as comunidades de afro-descendentes nos últimos cinco anos.

Existem comunidades de afro-descendentes?

Em 1996, o governo do Maranhão iniciou um projeto piloto através do ITERMA (Instituto de Colonização e Terras do Maranhão) para conceder títulos de propriedade a 11 das 400 comunidades negras identificadas através do Projeto Vida de Negro, um subprojeto de um programa que recebeu financiamento da Fundação Interamericana de 1989 a 1995. Os exercícios de planejamento local realizados com a participação das comunidades, organizações da sociedade civil e o estado demonstram que, na época, o título de propriedade era uma das questões mais importantes nas áreas rurais do Brasil (PVN 2000). O título permite que as comunidades colham os recursos naturais ou tenham acesso aos programas agrícolas e serviços de crédito do governo. O Maranhão foi o primeiro estado do Brasil a conceder terras a comunidades afro-brasileiras tradicionais e em 1996 ainda havia uma resposta ambígua tanto à política de conceder título às “terras de negros” quanto à idéia de empréstimos para os negros.

Apesar da natureza progressiva do governo estadual em 1996, muitos habitantes da região não tinham conhecimento do estatuto da terra e, quando sabiam, não o apoiavam necessariamente. Grande parte dessa falta de apoio vinha de uma lacuna de informação e sensibilização. Muitos dos que não apoiavam o programa não estavam conscientes das condições socioeconômicas das comunidades negras;

achavam que a aplicação de um programa para os afro-descendentes podia ser arbitrária e a assistência seria imerecida (Morrison 1997). Como assinala uma pesquisa anterior com programas sociais nos Estados Unidos, isto não é incomum com casos de programas de desenvolvimento que visam a populações específicas (Skcopol 1991). Membros de vários grupos raciais e classes sociais negam veementemente a existência de comunidades afro-brasileiras, insistindo que a miscigenação racial resultou em homogeneidade. A crença nessa mistura da identidade racial individual e coletiva está amplamente documentada em toda a América Latina (Wade 1997; Gates 1999). A resistência também veio dos moradores da área, que acreditavam que as terras de preto/quilombo eram criações mitológicas extintas sem relevância para o presente. As opiniões sobre as terras de negros no Maranhão mudaram bastante depois disso. Em 2001, a Governadora Roseana Sarney adotou uma política que continuará a reconhecer as comunidades afro-brasileiras e, para compensar a exclusão perpetrada pelo estado, lhes dará prioridade para empréstimos agrícolas e serviços de assistência técnica. Fiquei surpresa ao saber que essa política tinha sido amplamente aceita por diversos fazendeiros.

Vários antropólogos dedicaram extensa pesquisa para compreender e explicar as diferenças culturais nas comunidades de descendência africana (Wagner 1988; O'Dwyer 1995; Salustiano 1992; Cruz 1991). As organizações da sociedade civil, trabalhando com o governo estadual e federal, têm desempenhado um papel importante na divulgação de informações sobre essas comunidades. Esse trabalho de conscientização está claramente influenciando a sociedade para manter-se a par das políticas inovadoras adotadas há cinco anos. Um número maior de fazendeiros não negros está aceitando mais a definição de comunidades de afro-descendentes porque estão conscientes do contexto específico e da definição estabelecida por esses antropólogos e ONGs. Um maior entendimento do que constitui uma comunidade de afro-descendentes deixa os vizinhos rurais mais confiantes de que a identificação dessa comunidade será baseada em critérios sólidos, minimizando as preocupações de que essa política seria aplicada de maneira arbitrária e injusta.

Crescente interesse

A divulgação das políticas e um maior entendimento das comunidades negras mudaram o debate da definição de uma comunidade negra para a melhoria das condições. Os afro-descendentes compreendem 29% da população da América Latina, mas representam mais da metade dos pobres da região (Zoninsein 2001). As crescentes preocupações com a pobreza entre os afro-descendentes estão estimulando as políticas locais e nacionais de desenvolvimento.

O nível de interesse internacional nos afro-descendentes das comunidades latino-americanas aumentou acentuadamente nos últimos dois anos. À medida que as comunidades de afro-descendentes negociaram espaços para um intercâmbio direto com as agências doadoras e as instituições multilaterais, começaram a formular a nova agenda de pesquisa, que confirma ainda mais a importância da melhoria das condições dos afro-descendentes nas Américas. A exclusão social tem um enorme custo macroeconômico na América Latina. Uma análise da Bolívia, Brasil, Guatemala e Peru indica que algumas economias poderiam expandir até 36,7% se fosse erradicada a exclusão social dos afro-descendentes e comunidades indígenas (Zoninsein 2001). Essa pesquisa proporciona estatísticas poderosas para argumentar a favor de mais assistência para o desenvolvimento das comunidades negras.

As realidades da promoção do desenvolvimento econômico

O movimento e as organizações que ele produziu

O movimento de conscientização negra é relativamente novo na América Latina. As primeiras organizações surgiram nos anos 70, quando o primeiro grupo importante de estudantes universitários afro-descendentes aprenderam sobre o movimento do poder negro nos Estados Unidos. Expostos à cultura popular afro-americana e aos textos de líderes negros proeminentes, esses jovens na América Latina, onde a segregação racial aberta era menos prevalente e as definições de raça muito menos rígidas do que nos Estados Unidos, começaram a considerar a relevância da raça para suas próprias vidas. Uma peculiaridade do movimento na América Latina tem sido sua luta para convencer os negros a se identificar com os ancestrais africanos. Membros da mesma família podem se classificar de maneira diferente com base em seu conceito individual de raça. Apenas no Brasil, há mais de 100 palavras para descrever as misturas e combinações raciais. Os afro-descendentes frequentemente acreditam que é melhor diminuir a importância da sua herança africana e com base nisso identificam sua classificação racial (Nobles 2000).

Durante sua primeira eleição como líder comunitária da favela, Benedita da Silva, a primeira afro-brasileira a ocupar o cargo de Vice-Governadora, e depois Governadora, resumiu o dilema dos ativistas negros em seus discursos de campanha. Ela dizia que a identidade cultural e a conscientização vêm depois de satisfazer as necessidades básicas. Sua análise direta apresenta a questão: de que serve identificar-se como negro se você continua extremamente pobre e incapaz de pensar além da sobrevivência diária? Muitos indivíduos nas organizações negras querem reduzir a pobreza nas comunidades de afro-descendentes, mas esbarram em limitações institucionais. O Brasil tem mais de 2.000 organizações ativas de afro-descendentes e a Colômbia tem mais de 60; mas apenas algumas têm programas ou estratégias de desenvolvimento econômico. Por quê?

Dicotomia entre projetos de desenvolvimento cultural e econômico

É importante entender as origens do movimento negro na América Latina para saber como promover o desenvolvimento econômico das comunidades de afro-descendentes. Devido às definições flexíveis de raça, muitas organizações negras se concentraram na conscientização individual. Suas atividades em geral envolvem preservação cultural (resgate) ou defesa de meios para tornar a identidade africana mais visível nas comunidades negras ou na sociedade. Ambas as estruturas frequentemente preparam a organização de afro-descendentes para proteger e defender a comunidade negra contra ameaças passadas ou presentes, mas não constroem programas e políticas que especificamente promovam o desenvolvimento econômico.

As atividades culturais em geral têm um contexto histórico e brotam de formas tradicionais de expressão. São valiosas para estabelecer a identidade da comunidade (Kleymeyer 1994), mas não promovem necessariamente as oportunidades de desenvolvimento econômico. Quanto ao trabalho de promoção, cada país da América Latina tem uma organização de afro-descendentes dedicada a proteger ou promover os direitos humanos dos negros. Esse trabalho tem sido essencial para promover mudanças legislativas. Mas, sem organizações que tenham estratégias específicas para socializar essas políticas e incorporar o desenvolvimento comunitário em seu trabalho, muitos afro-descendentes descobriram que suas vitórias jurídicas são ocas.

Capacidade e incentivos

As instituições existentes enfrentam três obstáculos na implementação do desenvolvimento. Primeiro, uma organização inexperiente em desenvolvimento econômico obviamente ficará nervosa e talvez relutante em implementar projetos fora de sua missão principal. Como ilustram os casos aqui apresentados, interações sólidas entre organizações de base e os beneficiários podem proporcionar o incentivo para que uma organização baseada na cultura ou nos direitos amplie sua programação para incluir o desenvolvimento.

Segundo, as organizações afro-latinas tendem a sofrer de escassez de recursos e se basear amplamente no trabalho voluntário, que não é incomum para organizações baseadas na identidade que brotam de movimentos sociais. Buvinic (1986) descreve como uma base só de voluntários apresenta um dos principais desafios para organizações de mulheres que promovem programas de desenvolvimentos inovadores. Os voluntários são importantes, mas não é razoável exigir que os membros mais sobrecarregados do projeto, neste caso beneficiários afro-descendentes, assumam plena responsabilidade pela implementação de elementos essenciais de um programa sem um apoio financeiro adequado. As agências doadoras que estão considerando estratégias de desenvolvimento de base lideradas por organizações de afro-descendentes devem prever recursos financeiros apropriados para contratar voluntários ou funcionários adicionais. A parceria com instituições locais que possuem uma experiência específica de desenvolvimento também se mostrou um elemento importante de êxito, conforme ilustrado nos exemplos a seguir.

Finalmente, existe a contradição de construir uma ponte entre os afro-descendentes e a estrutura econômica que os exclui do mercado. Como uma organização de cultura ou direitos humanos realiza atividades que podem estar em oposição direta à sua defesa da identidade negra? Como observa Zoninsein (2001), a discriminação no emprego desempenha um papel importante na segmentação do mercado de trabalho, explicando por que os afro-descendentes e povos indígenas têm menos oportunidades de desenvolvimento econômico. Muitas vezes as organizações negras têm a tentação de se dissociar das soluções tradicionais de desenvolvimento econômico que parecem incompatíveis com a afirmação cultural. Essas organizações questionam a adequação de colocar comunidades de afro-descendentes em posição de vulnerabilidade face às demandas de um mercado em que a comunidade negra de baixa renda está subordinada ao domínio dos ricos. As organizações de afro-descendentes devem apagar o incêndio provocado pela discriminação e explorar modelos econômicos criativos que afirmem a identidade africana. A luta entre cultura e economia faz da expansão das oportunidades econômicas a última fronteira de desenvolvimento para as comunidades negras.

Aproveitando as oportunidades: exemplos de projetos

Apesar dessas dificuldades, várias organizações da sociedade civil demonstraram um interesse legítimo na promoção do desenvolvimento econômico em comunidades de afro-descendentes. Os casos apresentados a seguir ilustram como o desenvolvimento econômico começa com processos de base que incluem as vozes dos beneficiários dedicados a melhorar a qualidade de vida. Os casos são surpreendentes porque representam diversas organizações de afro-descendentes no Brasil, mas compartilham temas e princípios aplicáveis em toda a região. Todos os três estão

baseados na capital do estado, mas têm um amplo alcance geográfico que inclui as comunidades rurais.

Os primeiros dois casos, no Maranhão e Sergipe, no Nordeste do Brasil, uma das regiões mais pobres da América Latina (Van Zyl et al. 1995), apóiam a conclusão de que, se existem programas de desenvolvimento econômico em condições tão precárias, podem ser reproduzidos em áreas menos desesperadas. O terceiro caso, do Rio de Janeiro, examina uma organização de mulheres que promove a produção de artesanato afro-brasileiro e símbolos religiosos, apesar da rejeição desses objetos pelo mercado formal devido à discriminação racial. Em termos de experiência, o caso do Maranhão apresenta um modelo estabelecido de uma organização que trabalhou com desenvolvimento econômico por quase dez anos. Os casos de Sergipe e Rio são de organizações cujos programas de desenvolvimento econômico têm menos de três anos. A comparação entre esses três casos bem-sucedidos mostra como as organizações superaram as barreiras aos projetos de desenvolvimento econômico em comunidades de afro-descendentes.

PVN no Maranhão

Centro Cultura Negra (CCN) e Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH) foram estabelecidos em 1979 no Maranhão, localizado na zona de transição entre o Nordeste árido e a floresta amazônica. O Projeto Vida de Negro (PVN) é um esforço colaborativo que representa a união do CCN e SMDDH.

Originalmente, o PVN recebeu financiamento em 1989 da Fundação Ford e depois da Oxfam International para registrar aspectos geográficos, antropológicos, históricos e culturais das comunidades negras do Maranhão. Embora o projeto tenha começado oficialmente no final dos anos 80, os funcionários do PVN começaram a trabalhar em Frechal desde 1986 através da antiga estrutura institucional, CCN. Em 1986, a única tarefa do projeto foi a de proporcionar documentação para áreas de negros no estado do Maranhão. Uma organização multicultural com um quadro de pessoal de negros em sua maioria, o PVN está vinculado aos ideais e ideologia do movimento político negro no Brasil. Sua missão é preservar a cultura e a autonomia cultural das comunidades negras, atrair advogados treinados, engenheiros agrícolas, antropólogos, historiadores, fotógrafos, educadores e organizadores cujas filosofias sejam congruentes com as noções de participação. O tamanho do quadro de pessoal do PVN varia consideravelmente, dependendo do financiamento. Muitos funcionários trabalham na base de contrato ou oferecem seus serviços de forma voluntária para a organização. A maioria dos pesquisadores negros no PVN veio diretamente de cargos de liderança e organização. Os membros não negros tendem a ser acadêmicos ou voluntários de associações ativistas com bastante experiência em organização comunitária. A experiência dos organizadores do projeto em desenvolvimento participativo manteve o PVN focalizado na liderança de base. O PVN trabalhou com os serviços de extensão agrícola do governo estadual para proporcionar oportunidades adicionais de desenvolvimento econômico. Além disso, conseguiu incorporar a experiência em desenvolvimento agrícola e econômico de outras unidades da SMDDH. A canalização da experiência de diversos voluntários fortaleceu os programas do PVN.

O desejo de integrar as perspectivas comunitárias na liderança, planejamento e avaliação de projetos é central à missão do PVN. De fato, CCN, uma das organizações fundadoras do PVN, nasceu da ação de base progressista. O primeiro esforço

bem-sucedido da organização foi convencer o prefeito de São Luís a doar um local para um centro de cultura negra e o monumento às vítimas da escravidão. O local era um forte que mantinha os escravos considerados ancestrais da população negra do Maranhão.

Desde o início de seu projeto de pesquisa, o PVN trabalhou com duas comunidades de afro-descendentes, Frechal e Felipa. Ambas tinham associações de produtores responsáveis pela promoção do desenvolvimento econômico. Frechal é uma reserva extrativa que recebeu título de propriedade do estado para preservação de dois “recursos protegidos”: a cultura negra e os coqueiros de babaçu na comunidade. Felipa é uma comunidade tradicionalmente negra que faz parte do assentamento local de reforma agrária. Ambas as comunidades sempre identificaram seu interesse em promover o desenvolvimento econômico baseado no mercado. O PVN conseguiu capitalizar esses interesses ao fortalecer as instituições comunitárias. A organização faz pouca distinção entre funcionários e a comunidade atendida. Vários líderes comunitários se tornaram funcionários do PVN através da participação no treinamento de líderes ou seminários de história negra. As hierarquias são minimizadas enfatizando-se que os funcionários negros sejam de outras comunidades e que os funcionários não negros respeitem os beneficiários. A conexão com a comunidade é tão forte que os anciãos das comunidades negras encaram os funcionários do PVN como uma rede ampliada de membros da família. Ana Amélia, funcionária do PVN, é considerada como “filha” por muitos anciãos de Frechal porque ela “respeita os líderes da comunidade e se dedica” às suas preocupações. Os funcionários são escolhidos pelo próprio quadro de pessoal e, conseqüentemente, tendem a admirar as pessoas que vivem nas comunidades e seu estilo de vida. Pessoas sem afinidade com as comunidades negras rurais não trabalhariam com o PVN por tão pouco ou mesmo sem remuneração e em condições adversas. Uma rede compacta de voluntários interessados também assegura que os indivíduos desrespeitosos sejam rapidamente afastados.

De acordo com vários líderes, a intervenção do PVN fortaleceu rapidamente os níveis de cooperação com a comunidade. No final dos anos 80, Frechal estava perdendo sua forte organização comunitária à medida que os jovens iam para as cidades, se tornavam urbanizados e começavam a “esquecer os costumes dos ancestrais”. Ao introduzir o treinamento em história e cultura, o PVN reviveu seus valores comunitários. Um dos exemplos mais importantes de cooperação, que levou à criação de instituições comunitárias, foi a partilha entre uma área de Frechal com acesso a eletricidade e outra área sem acesso. Os vizinhos do outro lado do rio convidam a outra parte da comunidade a suas casas para ver televisão e guardar alimentos na geladeira. Os moradores de Felipa e Frechal levam a responsabilidade pelos projetos a um nível mais alto, resolvendo conflitos e alterando os projetos para atender as necessidades da comunidade. Por exemplo, os moradores de Felipa demonstram espírito empresarial e resolvem rapidamente os problemas de produção. Em Frechal, os membros da comunidade estão preparados para lutar por seus interesses, mantendo suas posições e assegurando que os planos de desenvolvimento maximizem o interesse da comunidade.

Moradores como funcionários

À medida que aumentavam as pressões para ampliar o quadro de pessoal, o PVN recorreu a um grupo de consultores a tempo parcial e voluntários da SMDDH e

outras organizações progressistas para realizar as tarefas adicionais. Esses voluntários têm muita experiência técnica, mas freqüentemente sabem pouco sobre Frechal e recorrem aos fortes laços de PVN com a comunidade.

À medida que Frechal procura resolver os problemas atuais e futuros, a comunidade necessita de mais assistência em termos de doações e desenvolvimento econômico. Os funcionários com menos informação devem recorrer bastante ao conhecimento da comunidade e adquirir experiência através de intercâmbios valiosos com os moradores. Observei reuniões em Frechal nas quais o debate girou em torno da alocação de fundos do UNICEF. Agrônomos da SMDDH lideraram a sessão e ofereceram à comunidade diversas opções de desenvolvimento. Esses voluntários, que pararam por alguns dias no caminho para uma reunião em outro local, não tinham uma relação bem estabelecida com esta comunidade e dependiam dos moradores para obter informações sobre as lavouras e o sistema interno de organização de Frechal. Os moradores estavam completamente engajados, envolvidos e informados no processo de planejamento. Pareciam muito confiantes de seu conhecimento e muitas vezes corrigiam os “representantes especialistas” ou lembravam aos agentes que os mecanismos comunitários de decisão deviam ser respeitados.

Em Frechal e Felipa, o PVN conseguiu reinventar a noção de comunidade negra; a transformação de um rótulo de vergonha em uma expressão de orgulho levou a uma maior participação no projeto e crescente êxito. As comunidades pensavam que, como moradores de áreas de negros, tinham de ser “representativas” de todos os negros. Frechal e Felipa utilizaram sua identidade negra para simbolizar orgulho cultural e lançar programas de desenvolvimento econômico.

Felipa

Felipa é uma comunidade pequena e simples, com baixos índices de alfabetização. Menos de metade dos adultos sabe ler e escrever e muitos dos considerados alfabetizados sabem apenas escrever e ler seus nomes. Além disso, a comunidade não tem experiência com a implementação de projetos. Apesar dessas limitações, a comunidade é exemplar dentro de um assentamento “modelo” de reforma agrária porque os moradores se deram conta de que não se beneficiaram dos recursos concedidos anteriormente por serem negros e, portanto, haveria menos probabilidade de receber recursos no futuro se não tivessem um bom desempenho. Devido ao isolamento de Felipa, os moradores apreciam genuinamente as visitas de pessoas de fora. Por estar isolada, ser remota e negra, algumas pessoas acham que a comunidade é atrasada. Quando Felipa recebeu um mecanismo para provar seu valor através do PVN, criou instituições internas para aproveitar ao máximo as oportunidades de desenvolvimento econômico.

Segundo os líderes da área, a conscientização acerca de níveis mais altos de escrutínio foi reconhecida e identificada já no primeiro programa de crédito do Banco do Brasil (PROCERA) para arroz, milho e mandioca em 1986. A comunidade se juntou e decidiu, sob a direção de Benedito, primeiro presidente da associação, levar a sério o novo projeto administrado pelo estado para não desperdiçar essa primeira oportunidade de trabalhar com uma entidade externa. Nenhum morador de Felipa se atrasou ou deixou de efetuar pagamentos, graças à pressão dos outros moradores e a uma política interna de tolerância zero. Se uma pessoa não pagar pontualmente, isso é encarado como uma falta de toda a comunidade. Segundo o primeiro presidente de Felipa, os membros sabem que devem cumprir suas

responsabilidades financeiras; não há alternativa. Essas regras de comportamento, um subproduto dos programas de desenvolvimento comunitário implantados pelo PVN, resultaram em benefícios para todos.

Essas instituições internas positivas estão sendo observadas pelos órgãos do governo e pelas comunidades vizinhas. As propostas são aprovadas rapidamente porque Felipa tem uma reputação de trabalhar bem. Ao serem informados de que uma casa velha tinha desmoronado, os agentes agrícolas notificaram a secretaria estadual, que logo iniciou um projeto de construção de moradias para Felipa. Os vizinhos de Felipa começaram a colaborar em atividades que podem levar a um aumento da produção coletiva.

Frechal

Devido a um prolongado conflito agrário, os habitantes de Frechal têm baixa auto-estima. A chegada do PVN instilou um sentimento de orgulho e até fez com que alguns críticos externos passassem a apoiá-lo. Em Frechal, os moradores da comunidade acham que devem sua “conscientização” ao PVN, que lhes deu um meio de lidar com o racismo recontando e reinterpretando as histórias da comunidade. CCN enfatiza a força dos fundadores de Frechal. A compreensão das dificuldades experimentadas pelos líderes da comunidade motivou os habitantes de Frechal a combater o racismo usando o orgulho e a preservação cultural para desenvolver instituições que organizem e estimulem o desenvolvimento econômico. Os valores e ações identificados como costumes dos “ancestrais” incluem o trabalho esforçado, o respeito a todas as pessoas e à natureza e a formação de consenso nas reuniões.

O programa de história negra do PVN começou como um projeto para registrar a história da comunidade; as atividades atuais incluem seminários e pesquisa na comunidade. A informação sustentou os moradores através de conflitos agrários e uma batalha municipal para receber recursos do estado. Numa luta agrária, o prefeito de Itapecuru-Mirim apoiou Frechal contra um rico proprietário e a prefeitura proporcionou oportunidades de desenvolvimento econômico e títulos de propriedade à comunidade. O reforço do PVN, o orgulho cultural e as instituições internas são importantes para entender a decisão do prefeito, que foi política, segundo os moradores da capital. O prefeito achou que, se unindo à luta agrária, poderia ganhar o apoio não negro porque Frechal representava uma comunidade modelo sem terras que tomou a iniciativa e implantou um projeto de desenvolvimento.

Além disso, em janeiro de 1997, a companhia de eletricidade local se juntou à associação de produtores para instalar eletricidade em todas as casas. Atualmente, Frechal tem uma boa produção agrícola e novas oportunidades para indústrias caseiras. Está transformando a casa do ex-proprietário em um centro de conferências e local de turismo para pessoas e organizações interessadas na cultura afro-brasileira. Para os moradores de Frechal, ser negro é motivo de orgulho.

SACI em Sergipe

Sergipe, onde se localiza a Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania (SACI), é um dos estados mais carentes do Nordeste. Aracaju, sua capital, é uma das cidades mais marginalizadas da região, apesar de várias fábricas de óleo e cimento.

Há menos de uma década, Aracaju usou incentivos fiscais para atrair indústrias para região, mas agora os empresários estão ameaçando sair porque a mão-de-obra não é qualificada. No entanto, Aracaju tem uma sociedade civil na qual SACI é um ponto de referência. Como líder de ONGs, SACI mantém uma forte relação com associações de produtores, organizações ambientais e grupos de serviço social com diversos programas. Consultam SACI acerca da elaboração e implantação de projetos, arrecadação de fundos e formação de redes. A posição da SACI permitiu que se afirmasse junto aos líderes empresariais. Em 2000, SACI patrocinou a primeira reunião sobre investimento social em Aracaju; trabalhou com a Vale do Rio Doce em projetos comunitários. SACI também tem um bom histórico de trabalho com as prefeituras de diferentes orientações políticas.

Originalmente uma organização cultural cujos programas de combate ao racismo e discriminação racial recebiam apoio da fundação Ford, SACI, criada em 1992, tem ajudado a três comunidades rurais extremamente pobres. Massuca tem uma vibrante história política conservadora e apóia fortemente os partidos conservadores; Lazareto, com uma estrutura política muito fraca, tende a ser mais de centro; Parque dos Faróis tem uma tradição mais liberal. SACI trabalha efetivamente através das linhas políticas porque se concentra nas necessidades básicas e na colaboração.

À medida que os diretores e funcionários da SACI se familiarizam com o desenvolvimento econômico, a missão da instituição começou a passar para essa área. O interessante é que os fundadores da organização, que começaram a enfrentar o racismo na universidade, passaram a tentar compreender o funcionamento do mercado. Uma está interessada em obter um diploma para se preparar para trabalhar com microempresárias. Outro é um economista que realizou estudos de viabilidade econômica para três projetos geradores de renda que beneficiaram 540 indivíduos e suas famílias mediante produção ecológica de tijolos, artesanato e produção ecológica de vassouras.

Massuca desenvolverá uma fábrica que produzirá tijolos para um grande mercado interno. A maioria dos tijolos disponíveis no mercado são produzidos mediante processos não sustentáveis. Ao refinar o processo tradicional de fabricação de tijolos, os moradores de baixa renda produzirão um bem com maior valor adicionado. Localizado em uma estreita faixa de terra doada aos moradores da comunidade que originalmente ocuparam as terras e consistiam de famílias chefiadas por mulheres desempregadas, Lazareto terá uma instalação de produção de artesanato e um centro comunitário. A associação de empregados de uma companhia local está interessada em trabalhar com a organização. Parque dos Faróis adaptará um “kit”, incluindo materiais e máquinas, e construirá uma pequena estrutura onde os jovens, utilizando garrafas de plástico, produziram vassouras ecológicas e duráveis. Esta será a primeira fábrica de vassouras do Nordeste e numa comunidade afro-brasileira.

Uma atividade de planejamento integrará os três projetos e fará recomendações específicas: 32 monitores avaliarão o projeto e farão recomendações para melhorá-lo. Os líderes da associação e os gerentes estão aprendendo as melhores práticas para que as atividades tenham êxito. A participação nas sessões estará aberta a todos os membros da associação que puderem assistir ao curso de treinamento. Uma parte dos recursos do projeto será dedicada a marketing e publicidade para aumentar os lucros.

SACI conseguiu o apoio do setor privado e do governo municipal, mas, dada a extrema pobreza da região, necessitará de recursos adicionais para assegurar o êxito.

A organização parece estar pronta para tentar um desenvolvimento econômico mais complexo e duas comunidades parecem estar preparadas para aumentar a produção. Massuca já tem uma boa produção de farinha de mandioca, e os habitantes de baixa renda poderão transferir essas habilidades para a produção ecológica de tijolos. Parque dos Faróis trabalhará com vários projetos de reciclagem, permitindo que as pessoas de baixa renda tenham seus próprios negócios. Ao mobilizar os recursos do setor privado, SACI pode reduzir os custos dos três projetos e negociar mecanismos criativos para atingir o mercado.

Criola no Rio

Criola, criada em 1993 e localizada no Rio de Janeiro, começou como um projeto de saúde para negras com fortes componentes de pesquisa e promoção, e vínculos locais e internacionais. Em 2000, Criola foi reconhecida como “Mulher do Ano” por *Claudia*, a revista feminina de maior circulação na América Latina. Criola tem uma liderança dinâmica; uma das fundadoras é uma das primeiras negras diplomadas como médica na prestigiada universidade estadual. Uma bolsa Ashoka para empresariado social proporcionou acesso aos recursos de consultoria da McKinsey-Brazil, bem como a um assessor para expandir as atividades de desenvolvimento econômico com as artesãs de baixa renda.

Os projetos de desenvolvimento econômico de Criola nasceram de quase oito anos de trabalho informal com artesãs no Rio de Janeiro e áreas rurais adjacentes. O projeto foi formalizado há pouco mais de dois anos, quando um gerente foi contratado para ajudar as artesãs a desenvolver serviços de apoio mais específicos. Nos últimos seis meses, Criola proporcionou treinamento para 50 mulheres que trabalham com artesanato afro-brasileiro tradicional e objetos religiosos. As beneficiárias do projeto expressaram interesse em aumentar a disponibilidade e comercialização dos produtos. Criola contratará um consultor em produção artesanal, gestão financeira e comercialização para ensinar esses conhecimentos importantes.

Através de Criola, as artesãs conseguiram acesso a importantes recursos do SEBRAE-RJ, uma instituição de treinamento. Criola também pedirá o apoio de instituições locais de crédito para aumentar a produção. Com pequenos ajustes nas técnicas e linhas de produtos, Criola prevê que as artesãs poderão se sustentar. Para atrair novos consumidores, será proporcionado apoio adicional para transporte dos produtos. Atualmente, as vendas são muito esporádicas e as artesãs não dispõem de informação suficiente para prever setores específicos de crescimento em seus mercados. Uma análise de cada produto permitirá que as artesãs ajustem seus produtos às preferências dos consumidores.

As beneficiárias vendem seus produtos em feiras locais, que freqüentemente atraem um grande número de consumidores, mas cobram altas comissões. Para reduzir o custo de participação e aumentar o impacto das atividades, as artesãs fortalecerão sua associação e desenvolverão vínculos formais para obter maior colaboração. Criola proporcionará recursos para serviços jurídicos, permitindo que a associação obtenha reconhecimento legal. A associação também receberá apoio para desenvolvimento organizacional. Ao tornar a associação mais sustentável, as artesãs terão maior garantia de melhorar sua qualidade de vida.

As artes e artesanatos afro-brasileiros têm muita procura nos mercados turísticos locais e internacionais. No Rio, várias feiras de artesanato atraem um grande número de visitantes internacionais. Apesar da vibrante tradição de artesanato no

Rio, atualmente há poucos lugares que vendem artesanato afro-brasileiro. Muitas cidades brasileiras revitalizaram o turismo com base no artesanato afro-brasileiro, principalmente Salvador, Bahia. Além de ignorar o estigma associado com as artesãs afro-brasileiras, Criola proporcionará maiores oportunidades para as artesãs venderem seus produtos a um preço justo. Os artesanatos neste projeto têm uma definição ampla, incluindo têxteis e alimentos tradicionais produzidos com uso intensivo de mão-de-obra. Portanto, este projeto atingirá uma ampla gama de indivíduos que vendem produtos identificados com a expressão cultural afro-brasileira em todas as suas formas. A incerteza em geral faz parte dos projetos de artesanato, mas um sólido apoio técnico proporciona a essas artesãs uma vantagem considerável em relação aos concorrentes.

Conclusão: Lições para a promoção do desenvolvimento econômico de base

Esses três projetos ilustram que os projetos de desenvolvimento e promoção cultural podem incluir o desenvolvimento econômico. As organizações que aumentaram a interação com as comunidades beneficiárias se tornaram mais fortes em resultado da promoção do desenvolvimento cultural. Os funcionários, em sua maioria voluntários, escutaram as necessidades da comunidade e trabalharam com os membros da comunidade na execução dos programas de desenvolvimento econômico.

No caso do PVN, o trabalho de promoção foi inicialmente baseado na pesquisa e depois passou a incluir o desenvolvimento comunitário, o que levou imediatamente a preocupações com o desenvolvimento econômico. SACI e Criola, ambas organizações que promovem causas específicas (SACI a tolerância racial e Criola a promoção da saúde), começaram a expandir suas visões de desenvolvimento através da interação com os beneficiários. Para o sucesso de todos esses modelos, foram elementos essenciais um bom quadro de funcionários e uma forte participação dos beneficiários na elaboração, planejamento e implantação dos projetos. Os beneficiários tiraram as ONGs de sua zona de conforto —promoção e desenvolvimento cultural— para explorar projetos de desenvolvimento econômico. Trata-se de uma estratégia de base porque o planejamento e a direção para os projetos vieram diretamente da comunidade. Isso fez com que os líderes das ONGs avaliassem sua razão de ser no movimento negro: melhorar a qualidade de vida dos afro-descendentes.

As três organizações descritas aqui foram capazes de desenvolver fortes parcerias com o governo estadual ou municipal, e, no caso de SACI e Criola, o setor privado. É interessante que a falta de parceria com o setor privado no caso do PVN provavelmente teve mais a ver com a época de execução do projeto do que qualquer outro fator. A noção de parcerias entre a sociedade civil e o setor privado é relativamente nova no Brasil. PVN, o mais antigo projeto de desenvolvimento examinado neste estudo, foi concebido numa época em que essas parcerias eram encaradas com ceticismo porque as pessoas achavam que a ONG seria corrompida pelo parceiro privado. Agora mais comuns, essas parcerias oferecem recursos financeiros e humanos adicionais. Isso é evidente no caso da SACI, em que o setor privado está proporcionando serviços diretos às comunidades de baixa renda, e no caso de Criola, que foi capaz de aproveitar pesquisas mercadológicas de alta qualidade para apoiar o projeto. O governo municipal e estadual proporcionou apoio semelhante ao PVN mediante serviços de extensão agrícola a comunidades rurais e legislação agrária,

além de assistência. Um dos principais fatores do êxito desses projetos é o apoio de contrapartida, que permitiu que os especialistas interviessem no momento apropriado. As organizações de afro-descendentes se mostraram bastantes eficazes na promoção de valores, mas freqüentemente precisam de recursos de instituições ou indivíduos para que os projetos sejam bem sucedidos.

Nos últimos cinco anos, aumentou consideravelmente a bibliografia sobre desenvolvimento econômico em comunidades de afro-descendentes. Deixamos para trás a questão de verificar se existem comunidades de afro-descendentes nas Américas para tentar minimizar a exclusão social. À medida que continuarmos a estudar como as comunidades de afro-descendentes implementam os programas de desenvolvimento econômico, teremos um conhecimento ainda maior das melhores práticas. Estas são do interesse de praticantes e acadêmicos, mas são ainda mais importantes para ajudar as comunidades afro-latino americanas a implantar suas idéias e visão estratégica para o desenvolvimento econômico de base.

A bibliografia será fornecida a pedido.

O Projeto Mundo Afro

MILAM FITTS

Um dos segredos mais bem guardados dos últimos séculos é que existem populações de origem africana muito grandes em toda a América Latina e no Caribe. Segundo dados da indústria, seriam aproximadamente 150 milhões de pessoas¹, cerca de um terço da população total da região. O Brasil tem a segunda maior população de origem africana no mundo, aproximadamente 70 milhões de pessoas, perdendo apenas para a Nigéria, com uma população de 115 milhões. A Colômbia tem a segunda maior população afro-latina, com aproximadamente 10 milhões de pessoas². Existem significativas populações de origem africana na Venezuela, Equador, Peru, Guiana, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, México, República Dominicana e Cuba. Comunidades menores de afro-descendentes vivem na Argentina, Uruguai e Paraguai.

Por uma série de motivos, inclusive um complexo sistema de designação da cor, negligência e negação dos governos, e falta de responsabilidade pelo tratamento dessas comunidades, a maioria dos países latino-americanos subestimaram suas populações de afro-descendentes. Assim, um grande número de negros fica invisível, além de desfavorecido social e economicamente. Uma característica comum a quase todas as comunidades afro-latinas é que padecem de extrema pobreza. Na maioria dos casos, os negros estão entre os grupos de mais baixa renda e sofrem de discriminação social, política e econômica. Embora as organizações de desenvolvimento nacionais e internacionais tenham feito esforços consideráveis para promover os empréstimos como estratégia para aliviar a pobreza e o desemprego na região, há muito poucos esforços organizados para melhorar as condições das comunidades afro-latinas.

O Projeto Mundo Afro (MAP) foi criado em 1998 pela Chicago International Development Corporation (CIDC) para proporcionar assistência de desenvolvimento econômico especialmente direcionada às comunidades de afro-descendentes na América Central e do Sul. Antes da criação do MAP, poucos esforços das organizações internacionais abordaram o desenvolvimento econômico das comunidades afro-latinas, embora viessem atuando na região por várias décadas. De fato, alguns dos projetos de desenvolvimento mais bem-sucedidos no mundo encontram-se na América Latina, particularmente no campo da microempresa.

CIDC foi contratada por um banco de desenvolvimento com sede em Chicago para pesquisar e elaborar um projeto de desenvolvimento econômico direcionado às comunidades afro-latinas. Em 1998, após realizar pesquisas na Colômbia e Equador, CIDC conseguiu uma doação de US\$ 2 milhões de uma fundação privada para exe-

¹ "The Denial of Black Rights in Latin America", Colombia Human Rights Committee newsletter (Summer 1995).

² Charles Whitaker, "Blacks in Brazil: The Myth and the Reality", *Ebony*, February 1991. O autor cita dados do IBGE.

cutar o MAP na Colômbia. A missão do MAP era demonstrar que as comunidades afro-latinas podem ser economicamente viáveis se tiverem acesso a crédito e investimento e que esses recursos devem ser fornecidos sem subsídios e a taxas de mercado.

Este trabalho explica por que a Colômbia foi escolhida como o lugar inicial do MAP e descreve os elementos específicos do MAP na Colômbia. Além disso, apresenta lições aprendidas na Colômbia e futuras iniciativas para outras comunidades afro-latinas.

Perfil da população afro-colombiana

Grandes concentrações de afro-descendentes vivem na costa do Pacífico da Colômbia em uma área que se estende da fronteira com o Panamá ao norte até o Equador ao sul. Populações de afro-descendentes significativas também vivem ao longo da costa atlântica em Cartagena, Barranquilla e Santa Marta, numa área que se estende do Panamá a oeste até a Venezuela a leste. Aproximadamente 90% dos habitantes da costa do Pacífico, 60% dos habitantes da costa do Atlântico, 60% do departamento de Valle e do departamento de Cauca, e 65% de Uraba vivem em comunidades de afro-descendentes³. Também existem populações de origem africana na maioria das principais cidades do país. Eis alguns dados sobre a população de origem africana na Colômbia⁴:

- Essa população totaliza aproximadamente 10 milhões.
- Os afro-colombianos registram a maior incidência de necessidades básicas não satisfeitas em relação a todos os serviços públicos e condições sociais criadas pelo estado em benefício de seus cidadãos.
- Em municípios afro-colombianos, 86% das necessidades básicas não são satisfeitas; nos municípios brancos, 45% das necessidades não são atendidas.
- 98% das comunidades negras não dispõem de serviços públicos básicos (inclusive água potável, esgotos e eletricidade), enquanto as comunidades brancas contam com 94% dos serviços públicos básicos.
- O sistema de saúde cobre 40% da população branca, mas somente 10% dos municípios negros. Cerca de 3% dos trabalhadores negros recebem benefícios da previdência social, em comparação com 28% dos trabalhadores nas comunidades brancas.
- As comunidades afro-colombianas não dispõem de cobertura, ou recebem cobertura fraca, em programas nacionais como treinamento profissional, melhoria educacional, desenvolvimento empresarial e oportunidades de trabalho.
- A taxa de analfabetismo nas comunidades negras é de 45%, em comparação com 14% nas comunidades brancas.
- Para cada 100 jovens que terminam a escola secundária nas comunidades negras, somente dois dos centros urbanos entram na universidade. Dos que se formam nas escolas rurais, nenhum ingressa na universidade.

³ *Comunidades Negras y derechos Humanos en Colombia*, Proceso de Comunidades Negras, mimeografado, Buenaventura, 1996.

⁴ "The Denial of Black Rights in Colombia".

- A mortalidade no primeiro ano de vida se abate sobre 120 crianças de cada 1.000 nas comunidades afro-colombianas, em comparação com 20 por 1.000 nas comunidades brancas.
- A esperança de vida nas comunidades negras é de 54 anos, em comparação com 70 anos nas comunidades brancas.

A Colômbia foi escolhida como o lugar para a fase de demonstração do MAP por ter uma grande população africana, uma economia regional relativamente forte e uma rede estabelecida de programas de desenvolvimento econômico e instituições financeiras. Em comparação com o Brasil, que tem a maior população de afro-descendentes da região, ou com um país cuja população de origem africana é bem menor, a população afro-latina da Colômbia foi considerada como tendo um tamanho ideal para implantar o conceito do MAP como demonstração. A população de origem africana da Colômbia está experimentando uma crescente conscientização de sua identidade racial e necessidade de mudança na sociedade. A comunidade de afro-descendentes também está desenvolvendo uma rede de ONGs progressistas. Se o MAP for bem sucedido na Colômbia, a meta é expandir o projeto para outros países da América Latina.

Objetivos do MAP na Colômbia

O MAP é um esforço para focalizar a assistência ao desenvolvimento econômico diretamente para comunidades na América Latina, onde vivem grandes concentrações de afro-descendentes. O acesso a crédito e assistência técnica é um recurso essencial que habilita as comunidades a se desenvolverem economicamente. A meta do MAP é proporcionar crédito e assistência técnica a microempresas e pequenas atividades comerciais em comunidades de afro-descendentes como uma estratégia para aliviar a pobreza e o desemprego e formar ativos comunitários. O MAP utiliza uma série de metodologias de crédito para promover o desenvolvimento econômico: empréstimos a empresários, empréstimos a mulheres, empréstimos em grupo ou combinações dessas metodologias para que as comunidades acumulem ativos financeiros. A premissa é que, à medida que as comunidades ampliam sua base financeira, poderão utilizá-la como garantia para financiar outras atividades de desenvolvimento.

O MAP baseia-se no princípio de que as comunidades de afro-descendentes podem ser economicamente viáveis se tiverem acesso a crédito e investimento, mas esses recursos devem ser proporcionados sem subsídios e a taxas de mercado. O MAP supõe que o desenvolvimento econômico a longo prazo não será alcançado somente através da filantropia dos doadores internacionais. O desenvolvimento a longo prazo exigirá a participação do setor financeiro e um compromisso de recursos privados dentro do país, junto com apoio internacional. O MAP tenciona demonstrar às instituições financeiras da América Latina que as comunidades de afro-latinos são viáveis de acordo com os critérios comerciais; que nas comunidades de afro-latinos existem ativos econômicos e iniciativas; e que essas comunidades apresentam novas oportunidades de mercado para o setor formal. O MAP quer demonstrar que uma maneira efetiva de o setor financeiro formal aproveitar essas oportunidades é trabalhar estreitamente com organizações comunitárias que possuem capacidade institucional e conhecimento profundo das comunidades.

A meta mais importante do MAP é demonstrar ao setor financeiro formal que as comunidades afro-colombianas podem se tornar um mercado viável se esse setor estiver disposto a colaborar com essas comunidades, adotando a metodologia do MAP e as lições aprendidas com a sua aplicação. No final da etapa de demonstração, o setor financeiro formal terá adquirido experiência no trabalho com ONGs comunitárias que servem as comunidades afro-colombianas. A meta final do MAP é estimular as organizações internacionais de desenvolvimento, governos nacionais e instituições financeiras comerciais a dedicar recursos que proporcionem oportunidades para as comunidades afro-latinas participarem na economia do país.

Desenho do MAP

O MAP-Colombia foi desenvolvido experimentalmente através de uma aliança entre um banco americano de desenvolvimento e uma fundação privada com sede em Cali, que, como instituições de desenvolvimento, compartilham uma missão comum e princípios de gestão. Aproveitando sua experiência na aplicação de princípios do setor privado ao trabalho de desenvolvimento social, e como catalisadores na implantação de programas inovadores que geram oportunidades econômicas e sociais para comunidade marginalizadas, o MAP incorpora os seguintes elementos: empréstimos para apoiar programas de crédito das ONGs participantes e doações para as ONGs implantarem o projeto.

Cada ONG participante já possui programas de crédito. Historicamente, os recursos utilizados para financiar os programas de crédito nas ONGs eram fornecidos por organizações internacionais e programas governamentais na forma de doações. O MAP, porém, tenta introduzir os princípios e a disciplina do mercado como sua principal estratégia de desenvolvimento, porque acredita que o setor financeiro formal só estará interessado em oportunidades de desenvolvimento em comunidades de afro-descendentes e parcerias com ONGs que atuam segundo os princípios do mercado. Portanto, os recursos fornecidos como capital para programas de crédito devem ser pagos e são estruturados de maneira que os juros e o principal sejam amortizados durante o prazo do empréstimo. O MAP, porém, fornece doações para apoiar gastos administrativos e operacionais durante a fase de demonstração à medida que as ONGs adquirem sustentabilidade operacional. A meta é que, através da assistência técnica e treinamento, a ONG desenvolverá capacidade operacional para se tornar sustentável.

Assistência técnica para fortalecimento institucional

A assistência técnica, um elemento crucial do MAP, é proporcionada através de uma série de seminários técnicos e visitas trimestrais pela gerência do projeto para melhorar a eficiência dos funcionários da ONG. As áreas cobertas no treinamento incluem planejamento estratégico, gestão, administração de carteira, gestão financeira, sistema de informação, desenvolvimento de produtos e estratégia de arrecadação de fundos.

Treinamento transversal entre funcionários e diretores da ONG

O treinamento transversal é um processo mediante o qual as ONGs ensinam e aprendem com a experiência umas das outras. Durante a avaliação dos programas

de microcrédito na Colômbia, a administração do projeto reconheceu a interação limitada entre as ONGs que serviam as comunidades afro-colombianas e que se encontravam em diversas etapas de desenvolvimento institucional. Para obter apoio do setor financeiro, é importante fortalecer a capacidade institucional de cada ONG e adotar normas operacionais geralmente aceitas pelas instituições financeiras. Portanto, um elemento crucial do MAP consiste em proporcionar um mecanismo pelo qual os participantes troquem experiências entre si e com outros praticantes do desenvolvimento econômico. A gerência organizou uma série de seminários destinados a fortalecer as ONGs e facilitar a interação. A meta do treinamento transversal é estabelecer uma rede de organizações de desenvolvimento econômico que possa servir de recurso para as comunidades.

O fórum consiste de representantes do setor financeiro formal, ONGs e outras organizações de desenvolvimento. Foi criado porque existe muito pouca interação entre as instituições financeiras formais e as ONGs que servem as comunidades afro-latinas. O propósito do fórum é facilitar o diálogo entre o setor financeiro formal e a comunidade afro-latina para atingir as seguintes metas:

- Expor o setor formal a oportunidades comerciais nas comunidades afro-latinas e demonstrar a viabilidade das empresas de afro-descendentes;
- promover o entendimento da cultura das comunidades afro-latinas e uma melhor compreensão dos problemas que esses empresários enfrentam;
- estimular a confiança do setor formal em que os afro-latinos podem administrar empresas economicamente viáveis segundo os princípios do mercado;
- proporcionar às ONGs comunitárias assistência técnica em sistemas operacionais e procedimentos de crédito praticados pelo setor formal;
- incentivar o setor formal a expandir os recursos financeiros para comunidades afro-latinas demonstrando o êxito do MAP.

ONGs Participantes

A gerência do projeto identificou quatro ONGs que estão administrando programas de microcrédito. As quatro ONGs estão localizadas na costa atlântica e do Pacífico, onde vivem as maiores concentrações de afro-colombianos. Cada ONG concordou em aceitar as metas do MAP para alcançar um conjunto específico de objetivos anuais. As quatro ONGs são Fundación para el Desarrollo Económico del Litoral Pacífico (FUNDELPA), Asociación General para Asesorar Pequeñas Empresas (AGAPE), Cooperativa Multiactiva Ser Mujeres de Tumaco (CSMT) e Grupo de Integración Rural (GIR).

Os programas de crédito das ONGs, embora limitados, representam um corte transversal dos produtos oferecidos às comunidades afro-colombianas. De modo a expandir o projeto para além das comunidades iniciais, cada ONG concordou em ajudar o gerente do projeto a identificar outras ONGs com potencial de atingir as metas do MAP. As quatro ONGs originais formariam um núcleo de uma rede nacional capaz de fornecer crédito e assistência técnica às comunidades afro-colombianas. Foram adotados os seguintes critérios de seleção:

- Uma organização comunitária que trabalha ou está interessada em trabalhar com comunidades afro-colombianas e cujos administradores e funcionários

vivam na respectiva comunidade e desempenhem um papel importante no planejamento e implantação de projetos de desenvolvimento;

- liderança e capacidade organizacional para administrar o programa;
- operação de uma forma de programa de crédito ou poupança para atividades geradoras de renda;
- experiência em programas que possa ser compartilhada com outras ONGs participantes através de treinamento transversal com cada grupo em diferentes etapas de desenvolvimento e capacidade de administrar um programa de crédito e assistência técnica;
- capacidade institucional para se tornar uma organização de desenvolvimento mais eficiente;
- interesse em trabalhar com o setor financeiro formal.

FUNDELPA

FUNDELPA é uma organização não governamental sem fins lucrativos dedicada ao desenvolvimento econômico e social de pequenas empresas familiares em Buenaventura, o maior porto da costa do Pacífico na Colômbia. Oferece acesso a crédito, treinamento, aquisição em grupo e assistência técnica a seus clientes, pequenos empresários nas áreas de produção, comércio e outros serviços. FUNDELPA proporciona crédito através da metodologia da solidariedade (envolvendo de 3 a 10 empresários, que coletivamente garantem o pagamento), além de empréstimos diretos a empresários.

AGAPE

Com sede em Barranquilla, AGAPE é uma organização privada sem fins lucrativos com a missão de promover a microempresa através de acesso a crédito e treinamento comercial básico. AGAPE trabalha com o setor de baixa renda em Barranquilla, utilizando uma metodologia de empréstimos individuais e em grupo, exigindo que os clientes estabeleçam uma conta de poupança num banco comercial. Os beneficiários típicos do programa de crédito da AGAPE são mulheres que vendem legumes e peixe em pequenas barracas, vendedores de rua, carpinteiros, costureiras e alfaiates, que tomam emprestado capital de giro semanalmente.

CSMT

CSMT é uma cooperativa de mulheres fundada em Tumaco, o segundo maior porto da costa do Pacífico na Colômbia e uma comunidade predominantemente afro-colombiana. A missão da CSMT é proporcionar aos membros e suas famílias serviços de poupança e crédito para saúde, habitação, educação e negócios para melhorar a qualidade de vida.

GIR

GIR é uma ONG que serve aos agricultores de La Balsa na região norte do Cauca e sul do Valle. Foi estabelecida com o propósito de reverter a migração e desintegração das famílias negras, ensinando as comunidades a apreciar o valor da terra como

bem produtivo e a preservar suas tradições culturais e estilo de vida. O objetivo da GIR é aumentar a produtividade agrícola, promover o reflorestamento e diversificar a economia agrícola assistindo as microempresas.

Necessidades institucionais

Institucionalmente, todas as quatro ONGs necessitam de:

- Novas fontes de financiamento para expandir suas atividades, bem como assistência técnica em gestão de carteira, inclusive o estabelecimento de uma política eficaz de taxa de juros;
- treinamento dos funcionários em análise de crédito e assistência na gestão de programas de poupança;
- planejamento estratégico para crescimento organizacional e sustentabilidade;
- um número maior de produtos que possa acomodar “graduados”, cujas necessidades em termos de volume e prazo do empréstimo podem ser diferentes das necessidades dos microempresários típicos;
- relações com setor financeiro formal como uma fonte alternativa de financiamento e também como fonte de treinamento tanto para as ONGs quanto para o setor formal;
- instalações permanentes para abrigar as atividades organizacionais.

Resultados do MAP

Durante os 18 meses de sua operação, o MAP Colômbia desembolsou US\$ 1,5 milhão em empréstimos para quatro ONGs, que financiaram um total de 930 empréstimos individuais e em grupo. O MAP também forneceu US\$ 165.000 na forma de doações a quatro ONGs para despesas operacionais. As ONGs proporcionaram assistência técnica a mais de 1.200 microempresas. O MAP Colômbia conseguiu fortalecer a capacidade institucional das ONGs. As ONGs instituíram políticas de crédito compatíveis com os objetivos do MAP e melhoraram a capacidade técnica dos funcionários em contabilidade, gestão financeira e sistemas de informação.

O êxito do MAP deve-se principalmente ao consenso entre as ONGs acerca das metas, objetivos e desenho do projeto. Inicialmente, os grupos estavam relutantes em aceitar as condições de crédito a taxas de mercado do MAP porque não estavam acostumadas a amortizar o capital e juros dos empréstimos destinados a apoiar seus programas de crédito. O consenso envolvia a obtenção de um acordo com a diretoria e gerência de cada ONG no sentido de que as metas do MAP eram coerentes com seus objetivos e as metas do país e que o MAP satisfazia os interesses de suas respectivas comunidades. Cada ONG tinha que desenvolver e apresentar um plano estratégico de operação. Acordos separados eram preparados e assinados pelas ONGs participantes antes que o MAP fosse lançado oficialmente e os fundos desembolsados.

Um elemento integral do MAP foi o desenvolvimento de profissionais afro-latinos para trabalhar na gestão diária do MAP e também como subempreiteiros, proporcionando o apoio necessário às ONGs em contabilidade e conhecimentos comerciais básicos. A identificação de profissionais afro-latinos qualificados era um desafio

porque esse grupo é muito pequeno devido aos fatores históricos que o MAP estava tentando corrigir. As atitudes, habilidades e disponibilidade variavam amplamente e poucos tinham experiência com crédito formal. O MAP sensibilizou seus parceiros locais de modo a recrutar profissionais afro-latinos para trabalhar no Projeto Mundo Afro. Durante o programa, o MAP colocou 15 profissionais afro-latinos no quadro de pessoal e como subempreiteiros com o projeto.

Situação atual

O parceiro colombiano no MAP era uma subsidiária de uma das maiores instituições financeiras da Colômbia. Devido às condições econômicas durante o período, o governo colombiano exigiu que as instituições financeiras aumentassem seu patrimônio líquido para garantir liquidez para os depositantes. Os acionistas do parceiro colombiano não cumpriam a exigência do órgão regulador financeiro e não estavam dispostos a comprometer mais capital. Em consequência, o governo colombiano nacionalizou o parceiro local e congelou seus ativos, inclusive os fundos destinados ao MAP. Isso ocorreu durante o segundo ano do MAP. A fundação americana que financiava o MAP não estava disposta a fornecer recursos adicionais para o projeto depois que o fundo foi congelado. Nessas circunstâncias, o MAP interrompeu sua operação de crédito em 2000.

A situação política colombiana tornou-se cada vez mais instável durante o período do projeto e continua grave. As comunidades afro-colombianas são particularmente vulneráveis porque têm pouco poder para se defender contra as forças desestabilizadoras. Têm pouca presença no Governo eleito. Além disso, os afro-colombianos ocupam poucos cargos na burocracia do governo e nem um cargo de liderança nas forças armadas ou polícia. Também possuem terras cobiçadas por grupos privados que não hesitam em intimidá-los. Nesse contexto, é extremamente difícil implantar iniciativas de desenvolvimento econômico porque a atividade econômica legítima requer estabilidade. Embora os gerentes do projeto não tenham encontrado problemas, os funcionários se sentiam cada vez mais vulneráveis. O gerente do projeto da fundação americana estava relutante em visitar os locais na Colômbia devido à falta de segurança. Tornou-se evidente que a Colômbia era violenta demais para realizar esse tipo de atividade, enquanto durasse essa situação.

Lições aprendidas

MAP-Colômbia serviu como importante laboratório para extrair dados empíricos e lições que nos permitiram reavaliar o conceito e a metodologia do projeto original. Aprendemos lições importantes e planejamos incorporá-las em nossos futuros projetos:

- MAP aprendeu que tinha de modificar suas políticas de taxa do mercado e fazer ajustes temporários nas taxas de juros dos empréstimos. Durante o primeiro ano do projeto, as taxas de juros na Colômbia atingiram níveis recorde. A taxa de juros básica do país, conhecida como DTF (taxa de juros média do sistema financeiro num certificado de depósito de 90 dias), flutuou entre 23% e 40% ao ano. Nos empréstimos, o MAP cobrava às ONGs uma taxa variável baseada na DTF. Durante o mesmo período o sistema financeiro registrava taxas de juros extremamente altas, e o governo colombiano desvalorizou várias vezes o peso.

A combinação desses eventos criou um ônus para as atividades comerciais em todo o país, particularmente no setor informal, que passava por uma recessão. O MAP substituiu a taxa flutuante por uma taxa fixa até que a DTF se estabilizou.

- Os participantes do programa deviam estar baseados na comunidade e implantar programas de desenvolvimento econômico que fornecessem crédito a comunidades afro-colombianas a taxas de mercado. É essencial identificar instituições que tenham um conhecimento profundo das necessidades de suas comunidades e adotem o conceito de desenvolvimento sustentável baseado nos princípios do mercado.
- O investimento em fortalecimento institucional é um pré-requisito para a implantação bem-sucedida de um programa de crédito. O desembolso de fundos adicionais a instituições antes que seus funcionários sejam adequadamente treinados pode prejudicar o programa de crédito. A provisão de fundos para instituições mal preparadas pode exacerbar, em vez de fortalecer, sua fraqueza institucional.
- O programa de assistência técnica para uma instituição deve ser elaborado com base numa avaliação completa da instituição, visando a atender suas necessidades específicas, como a capacidade dos funcionários, características dos clientes e vantagens do programa existente.
- As ONGs participantes devem compartilhar metas e experiências com grupos que sejam membros de uma rede dedicada às necessidades de desenvolvimento econômico das comunidades afro-colombianas.
- A busca de futuros participantes no MAP deve continuar. As ONGs candidatas devem ser avaliadas no contexto de sua capacidade de contribuir para a consecução dos objetivos do MAP e impacto potencial dos recursos sobre a população. A área geográfica na qual a ONG atua deve estar vinculada a outras partes do país através da infra-estrutura existente. O MAP, cujos recursos limitados devem ser distribuídos estrategicamente, não pode resolver os problemas de comunidades isoladas que necessitam de investimento em infra-estrutura para melhorar as condições básicas.
- O objetivo final do MAP é desenvolver vínculos entre organizações de micro-crédito e o setor financeiro, demonstrando os resultados e experiências através de treinamento transversal e do fórum. Para atingir essa meta, o MAP precisa visar comunidades nas quais estejam presentes intermediários financeiros (isto é, bancos comerciais, cooperativas, instituições de poupança e projetos de desenvolvimento federais e regionais), mesmo que não atendam atualmente as populações visadas. O MAP não pode atingir suas metas em comunidades nas quais não existem instituições financeiras porque isso exigiria mais recursos do que se dispõe.

Futuro do MAP

CIDC foi contratado pelo Centro de Estudos Africanos e Afro-Americanos da Universidade do Texas em Austin (UT) para desenvolver iniciativas de desenvolvimento econômico na América Latina. CIDC e UT estão colaborando na formulação e

implantação de programas de desenvolvimento econômico na Nicarágua e Panamá, trabalhando com ONGs baseadas no conceito do MAP.

Na Nicarágua, estamos trabalhando com uma ONG comunitária e universidades para fortalecer o programa de crédito e transformar a ONG em uma instituição regional de desenvolvimento econômico e social com plano estratégico de longo prazo. No Panamá, estamos trabalhando com uma associação de crédito que serve uma comunidade afro-latina para expandir seus produtos e serviços. Estamos trabalhando com a cooperativa de crédito para desenvolver novos produtos e programas, como empréstimos para empresas, seguro e planos de pensão que beneficiam funcionários e membros. O MAP está sempre procurando locais e parceiros na América Latina num esforço para fornecer recursos a comunidades afro-latinas e fortalecer instituições que trabalham com essas comunidades.

Retrato de Artesãs Afro-Brasileiras

DÁCIA CRISTINA TELES COSTA

Criola, uma organização sem fins lucrativos, foi fundada e é operada por mulheres negras. Falar de Criola é traçar a história de mulheres que sempre sentiram o peso da discriminação, mas que tomaram a iniciativa de se envolver na luta contra o racismo e garantir direitos sociais mais amplos. Através de nossas atividades durante os nove anos de operação, tivemos um impacto direto em mais de 3.000 mulheres, adolescentes e meninas, bem como em instituições que servem essa população. A missão de Criola é equipá-las para combater o racismo, o sexismo e a homofobia e melhorar o padrão de vida da população negra. Trabalhamos para incorporar as mulheres negras como agentes de mudança no desenvolvimento de uma sociedade baseada na justiça, equidade e solidariedade. Durante esses anos, a organização recebeu apoio financeiro e político para a implantação de projetos de vários grupos e instituições, inclusive da comunidade negra.

As metas do programa de arte e mídia de Criola são: criar oportunidades para as mulheres e adolescentes negras entrarem no mercado de trabalho como produtoras; promover a organização do trabalho; proporcionar treinamento profissional mediante cursos; e expandir o acesso ao crédito. A organização procura fornecer infra-estrutura para operar e facilitar a distribuição de bens e serviços produzidos por mulheres negras na região metropolitana do Rio de Janeiro. Oportunidades de treinamento profissional e certificação (por exemplo, tecnologia da informação, corte costura industrial e gravuras afro-brasileiras) estão disponíveis a mulheres e jovens negras. Está sendo elaborada uma proposta para treinar mulheres e adolescentes para trabalhar em turismo cultural com foco no papel dos afro-brasileiros no patrimônio do país.

O projeto para artesãs de Criola, iniciado em 1992, ajuda as artesãs a desenvolver práticas conjuntas de produção, comprar matérias-primas a preços mais baixos e obter acesso aos mercados. A partir de seu registro de artesãs na Grande Rio (que inclui Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo e Baixada Fluminense), Criola organiza reuniões nas quais as mulheres recebem treinamento, trocam opiniões e reforçam a solidariedade. Um sistema de mala direta facilita a troca rápida de informação sobre pontos de venda e outros assuntos de interesse para as artesãs. O objetivo é oferecer apoio técnico e financeiro às participantes do programa para que possam melhorar a qualidade de seus produtos, aumentar as vendas e, mediante participação no mercado de artesanato, resolver os problemas da pobreza.

Brasil em cifras

População e composição racial

Segundo dados preliminares do censo de 2000, o Brasil tem uma população de 169.544.000. Aproximadamente 45% da população é negra, dos quais 5,39% são definidos como de pele escura e 39,9% de pele morena. O método oficial para determinar a raça ou etnia no Brasil, utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em pesquisas censitárias, é a auto-identificação com base na cor da pele. As pessoas pesquisadas podem se classificar como brancas, negras, pardas, amarelas (origem asiática) e indígenas. Já que alguns indivíduos têm dificuldade em se identificar como negro, o método do IBGE para determinar a raça resulta em uma subestimativa da população negra do Brasil e falta de clareza acerca das condições socioeconômicas desse grupo. Neste trabalho, as expressões “população afro-brasileira”, “população de afro-descendentes” e “população negra” se referem ao grupo de indivíduos classificados como negros e pardos.

Índices de Desenvolvimento Humano por raça e gênero

O Índice de Desenvolvimento Humano (HDI) do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas de 1999 compara a qualidade de vida com base em estatísticas sobre acesso a educação, esperança de vida, emprego e renda. O Brasil está classificado em 74^o lugar. Se levarmos em conta somente a população branca, o Brasil passa para o 43^o lugar no HDI, mas se apenas a população negra for considerada, cai para 108^o.

As estatísticas do IBGE, publicadas em 1996, indicam que os brasileiros descendentes de africanos têm em média 4,2 anos de escolaridade e os brancos 6,2 anos. As cifras do IBGE mostram uma proporção maior de brancos matriculados na escola em todos os níveis. A disparidade é mais acentuada entre menores de sete anos; 31,9% dos brancos freqüentam a escola, em comparação com 23,5% dos negros. Dos brasileiros entre 15 e 17 anos, 80,1% dos brancos freqüentam a escola, em comparação com 69,4% dos negros, segundo as estatísticas do IBGE referentes a 1996-1997. As taxas de analfabetismo são 9% entre os brancos e 22% entre os afro-descendentes. As cifras do Ministério da Educação referentes a 2000 indicam que somente 2,2% dos estudantes universitários são negros, enquanto 80% são brancos. Se o número de negros que freqüentam as universidades brasileiras fosse proporcional à porcentagem de negros na população, a proporção de estudantes universitários negros seria 160% maior. Do mesmo modo, a população negra e parda combinada representa 45,2% da população brasileira, mas o número de estudantes universitários negros e pardos totaliza apenas 15,7%. Se o número de estudantes universitários fosse representativo da composição étnica do Brasil, o número de negros com educação superior seria três vezes maior.

Segundo dados preliminares do censo de 2000, a população brasileira é composta por 50,79% de mulheres. As mulheres negras representam 23% da população brasileira; 44% da população feminina; 27% da população rural e 22% da população urbana. Dados comparativos sobre mulheres brancas e negras mostram que 90% das mulheres brancas são alfabetizadas, mas apenas 83% das negras. Dados do IBGE referentes a 1996-1997 mostram que 78% das mulheres brancas freqüentaram a escola, em comparação com 76% das negras. Apesar das diferenças em educação entre as populações negra e branca, de 1960 a 1980, o número de mulheres negras

matriculadas em universidades cresceu três vezes mais que o número de mulheres brancas, aumentando 7,33% e 2,53%, respectivamente.

O levantamento da população negra no mercado de trabalho brasileiro realizado à pedido do Instituto Interamericano para a Igualdade Racial (INSPIR) produziu um estudo sistemático das variáveis sobre características pessoais e condições de trabalho que comparou as populações negra e não negra para cada uma. Um processamento especial foi efetuado para as regiões metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte e Brasília. Os dados revelam a existência de tendências de raça e gênero no Brasil.

A renda é o principal indicador da inclusão no mercado de trabalho. Quando as populações são comparadas por gênero e raça, as cifras médias nas regiões estudadas refletem claramente a hierarquia ocupacional existente com respeito à discriminação contra negros e mulheres. Segundo dados de 1998, aproximadamente 26% de todas as famílias brasileiras, negras e não negras, são chefiadas por mulheres. Elas sustentam suas famílias com um salário médio entre R\$272,00 e R\$923,00. (Na época em que este trabalho foi escrito, um real valia US\$0,4275.) Para uma família de quatro pessoas, a renda mensal *per capita* varia entre R\$68,00 e R\$230,75. Dois fatores geralmente explicam a renda baixa: nível de instrução e tipo de trabalho. Embora a frequência das mulheres à escola pareça estar melhorando a cada ano no Brasil, às vezes até superando os homens em termos de educação secundária, isso não teve um impacto sobre a renda. Em geral, os negros e as mulheres trabalham em empregos mal pagos e sem carteira assinada. Estão sub-representados nas ocupações mais qualificadas. Em geral são vítimas do “teto de vidro”: podem estar presentes, mas raramente são visíveis e a promoção é difícil. As mulheres negras, que sofrem de discriminação dupla por sexo e raça, segundo algumas fontes ganham apenas entre 28% e 47% da renda dos homens não negros. Os homens negros ganham ainda menos; sua renda representa apenas 47% (em Salvador) e 76% (em Belo Horizonte) do que ganham os homens não negros. Em termos absolutos, as disparidades são ainda maiores, segundo o estudo de Serguei Soares, *Discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho*, publicado em 2000.

Desigualdade social no Brasil

No Brasil, a desigualdade social e econômica assume uma nova dimensão quando considerada à luz da raça e gênero. As mulheres negras podem parecer invisíveis, mas constituem o setor mais afetado pelas desigualdades. O corolário da desigualdade socioeconômica é uma distribuição assimétrica da renda, manifestada em grande número de pobres em todo o Brasil, e as estatísticas de pobreza têm uma estreita correlação com a descendência africana. A distribuição desigual da renda tem suas origens no comércio de escravos e foi internalizada e aceita pelos brasileiros como a ordem natural das coisas. Por exemplo, muitos não questionam o fato de que o acesso desigual ao sistema educacional leva a níveis desiguais de frequência escolar. A aceitação da discriminação como um fenômeno natural leva a desconsiderar a raça como um fator em todas as áreas das relações sociais, bem como no local de trabalho. Para mudar essa situação, será preciso uma ação mais enérgica por parte do governo, principalmente através de políticas públicas. Os parâmetros de uma sociedade justa e democrática devem ser redefinidos para incluir as questões de desigualdade racial.

Artesãs Negras

Um esboço rápido

Criola, uma organização não governamental, trabalha com artesãs afro-brasileiras para reverter o impacto socioeconômico da desigualdade racial e social. As 56 beneficiárias de Criola são mulheres negras pobres de 27 a 55 anos, com pouca instrução. A maioria das artesãs não concluiu o primeiro grau; algumas concluíram o segundo grau; somente um terço completou o terceiro grau. Elas vivem longe do centro do Rio de Janeiro, nos distritos mais pobres, caracterizados por falta de melhoramentos urbanos e pela violência. As participantes do projeto viajam uma distância considerável em busca de oportunidades para vender seus produtos, muitas vezes carregando-os em sacolas pesadas.

Embora essas mulheres autônomas controlem todo o processo de produção, enfrentam problemas para comercializar seus artigos. Em geral, trabalham em condições insalubres e são exploradas. Devido à instabilidade da sua renda, muitas têm outros empregos, o que significa que trabalham 14 horas por dia recebendo o equivalente a pouco mais que o salário mínimo (R\$ 230,00, ou aproximadamente US\$ 93,88). Isso não é suficiente para satisfazer suas necessidades básicas. Em geral, a família não tem outra fonte de sustento.

Os artesanatos —roupas e acessórios (bijuterias, cintos, bolsas), bem como ornamentos, estátuas, esculturas, panos, artefatos religiosos, brinquedos, utensílios domésticos e perfumes— refletem a cultura afro-brasileira. As mulheres produzem e guardam esses artefatos em oficinas improvisadas em suas casas. Os produtos são vendidos em locais improvisados que não dispõem de infra-estrutura e em geral não são seguros. Em geral, as vendas são feitas sem permissão oficial, já que não há reconhecimento de que essas mulheres produzem artesanato. Algumas artesãs vendem em feiras autorizadas pelo prefeito do Rio de Janeiro. Quando a feira de artesanato de Copacabana foi lançada oficialmente, uma artesã conseguiu registrar-se e obter uma licença após muita luta política e física, mas os outros participantes se recusam a aceitar como artesanato as camisetas afro-brasileiras feitas por ela.

Embora os produtos gerem renda, as vendas são insuficientes para assegurar sustentabilidade. Os lucros são geralmente 30% acima dos custos estimados; em alguns casos, é possível elevar essa margem para 50%. Essas artesãs não têm recursos para assegurar uma produção regular, e isso reduz o acesso ao crédito. Numa das reuniões do grupo, uma participante lembrou que a vida da artesã é “vender jantar para garantir o almoço”. Sua observação ilustra a luta diária para satisfazer as necessidades mínimas de subsistência. Contudo, as mulheres que decidem trabalhar como artesãs aceitam o desafio.

Muitas artesãs comercializam através de um intermediário, que pega os produtos, os vende em lugares e a preços inimagináveis para as artesãs e, depois, lhes entrega uma percentagem mínima do preço cobrado. As artesãs não participam do processo de negociação e apenas fornecem o produto. Esse processo rebaixa as mulheres de produtoras para empregadas do intermediário.

O projeto

A produção de artesanato afro-brasileiro no Rio de Janeiro tem suas raízes na cultura negra. A reativação dos costumes tradicionais é essencial para resgatar e fortalecer a auto-estima de um grupo que sempre foi oprimido e marginalizado

socialmente. A apreciação de uma cultura ainda viva contribui para a identidade do grupo. Os artesanatos assumem um novo significado, pois transformam o trabalho em arte. A palavra falada é usada para transferir conhecimento e o atrativo que cerca o produto criado. Apesar das regras do mercado e das mudanças nas relações econômicas globais, os artesanatos afro-brasileiros estão vivos e mantêm seu fascínio.

Criola está desenvolvendo um centro de arte e artesanato para comercializar produtos afro-brasileiros. Seu objetivo é oferecer treinamento técnico e apoio logístico e operacional. Queremos equipar essas mulheres para que controlem os processos de produção e comercialização, livrando-se dos intermediários. Em 1999, essa proposta ganhou o primeiro Prêmio Ashoka/McKinsey para Planos de Negócios. McKinsey continua a assessorar Criola. O projeto está atualmente na etapa de arrecadação de fundos.

Considerações Finais

As artesãs devem superar os seguintes desafios:

- A produção de artesanato afro-brasileiro ainda não tem um nicho no mercado. Os fundos de investimento limitam-se a financiar a produção.
- O investimento financeiro limitado, devido à falta de acesso a capital de giro, resulta em produtos que não são competitivos.
- As artesãs vendem seus artigos individualmente, o que aumenta os custos de produção.
- A sociedade civil e o Estado devem promover as atividades artesanais como uma força motriz no desenvolvimento social, cultural e econômico, em vez de mero folclore.

Os artesanatos devem ser apreciados por seu potencial de emprego e geração de renda. As artesãs devem receber treinamento para administrar seus negócios. Isso significa calcular custos, preparar orçamentos, controlar a qualidade do produto, aprender a comercializar e cobrar um bom preço. Nossa intenção é que as artesãs se tornem microempresárias. Também queremos promover um verdadeiro exercício de cidadania através da cooperação, solidariedade, liderança, formação de associações, participação na vida comunitária e auto-estima individual e de grupo. O grande desafio para estas mulheres consiste em assumir novos papéis e comportamentos e apreciar seu talento.

A bibliografia será fornecida a pedido.

Biografia dos Painelistas

Jeanette Sutherland

jsutherland@worldbank.org

Jeanette Sutherland trabalha atualmente com as políticas de salvaguarda do Banco Mundial em sua região do Oriente Médio e Norte da África. Anteriormente, foi consultora do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento; ensinou literatura francesa e inglesa em Trinidad e Tobago; e trabalhou para uma ONG que promove políticas de desenvolvimento em benefício de afro-latinos. Seus interesses são as questões da pobreza e o comércio internacional, com especial referência ao impacto sobre grupos marginalizados e adoção de um enfoque interdisciplinar aos processos de desenvolvimento. Formou-se em relações internacionais e desenvolvimento econômico regional em universidades das Índias Ocidentais e Estados Unidos.

Judith Morrison

jmorrison@iaf.gov

Judith Morrison veio para a Fundação Interamericana em 1998. Ela é a representante da IAF para o Brasil e Colômbia e trabalha com questões de desenvolvimento econômico de base, investimento social das empresas e raça e pobreza. Autora de vários artigos sobre política e história das comunidades afro-latinas para *Africana: The Encyclopedia of the African and African American Experience*, ensinou na Universidad de Los Andes e Universidad Nacional de Colômbia. Como diretora de uma organização de gestão e treinamento sem fins lucrativos, trabalhou extensamente com instituições do terceiro setor nos Estados Unidos e na América Latina. Além disso, avaliou projetos do Banco Mundial no Brasil. Fez mestrado em distribuição de renda e alívio da pobreza no Massachusetts Institute of Technology e formou-se em ciências políticas no Macalester College. Recebeu a Bolsa Woodrow Wilson em Política Pública e Assuntos Internacionais e o Prêmio Carroll Wilson para Pesquisa Internacional do MIT. Suas apresentações anteriores incluem painéis em instituições multilaterais, associações comerciais e universidades nos Estados Unidos, África do Sul, Guatemala, Colômbia e Brasil.

Milam Fitts

cidckim@attglobal.net

Milam Fitts, empresário e negociante internacional, administrou a Chicago International Development Corporation (CIDC) desde a sua fundação em março de 1990. CIDC é uma companhia privada de marketing e consultoria internacional que ajuda entidades americanas e de outros países a desenvolver oportunidades de negócios em todo o mundo. O senhor Fitts também é consultor sênior de Shorebank Advisory Services Inc., uma subsidiária da Shorebank Corporation com sede em Chicago, que administra projetos e presta assessoria a instituições financeiras de desenvolvimento no Quênia, África do Sul, Polônia, Paquistão e Colômbia. Como vice-comissário do Departamento de Desenvolvimento Econômico de Chicago de 1983 a 1990, o senhor Fitts criou o primeiro programa de desenvolvimento do mercado internacional de Chicago. Trabalhou para a Chicago Economic Development Corporation; sua subsidiária, CEDCO Capital Corporation; Salomon Brothers; e Lake Park Rentals Inc., sua companhia de leasing de caminhões e equipamentos com sede em Chicago. Formou-se em matemática na Universidade Howard e em administração de empresas, com especialização em finanças e marketing, na Universidade de Chicago.

Dácia Cristina Teles Costa

criola@alternex.com.br

Dácia Costa coordena as atividades de Criola, uma organização com sede no Rio que ajuda artesãs afro-brasileiras. Formou-se em assistência social na Universidade Federal do Rio de Janeiro e trabalhou no Hospital Universitário Pedro Ernesto da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Antes de ir para Criola, foi agente de assistência técnica para movimentos sociais focalizados em saúde, direitos humanos e juventude.



A Fundação Interamericana

A Fundação Interamericana (IAF) é uma agência independente de assistência interna do governo do Estados Unidos que fornece doações para organizações de base na América Latina e no Caribe. Criada em 1969 como um programa experimental, a IAF responde a projetos de desenvolvimento inovadores, participativos e sustentáveis propostos por grupos e organizações de base que os apóiam. Além disso, incentiva parcerias entre organizações comunitárias, empresas e governos locais, dirigidas a melhorar a qualidade de vida dos pobres e fortalecer as práticas democráticas. De modo a contribuir para um melhor entendimento dos processos de desenvolvimento, a IAF compartilha suas experiências e as lições aprendidas.

A Fundação Interamericana é governada por uma diretoria composta de nove membros designados pelo presidente dos Estados Unidos e confirmados pelo senado. Seis membros vêm do setor privado e três do governo federal. A diretoria é ajudada por um conselho assessor. Um presidente, nomeado pela diretoria, atua como diretor executivo da Fundação, chefiando 42 funcionários sediados em Arlington, Virginia.

O Congresso aprova anualmente uma verba para a Fundação. A IAF também tem acesso ao Fundo Fiduciário de Progresso Social, administrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, que consiste de pagamentos de empréstimos concedidos pelo governo dos Estados Unidos no âmbito do programa Aliança para o Progresso a vários países da América Latina e do Caribe. Desde 1972, a IAF concedeu 4.348 doações no valor de mais de US\$ 528 milhões. Juntos, a IAF e seus beneficiários criaram modelos de desenvolvimento social e econômico eficazes em função do custo que muitas vezes foram reproduzidos por governos e grandes agências doadoras para melhorar as condições de milhares de famílias pobres em comunidade de todo o hemisfério.

Presidente do Painel e Coordenadora da Publicação: Judith Morrison

Editora da Publicação: Paula Durbin

Supervisora da Tradução: Leyda Appel

Estagiários: Vanessa Clemens, Kamala Miller e Adam Warfield

Desenho Gráfico: Lauren Grantham, United States Government Printing Office



Fundação Interamericana

901 North Stuart Street, 10th floor, Arlington, VA 22203, EUA
Tel: (703) 306-4301 Fax: (703) 306-4365 Web site: www.iaf.gov



Fundação Interamericana